cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.05.12 06:18:59 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 12 de maio de 2023 • Nº 1558 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Matrimônio e família

PÁGINA 4

BALANÇO

Petrobras tem lucro de R$ 38 bilhões no primeiro trimestre

ROVENA ROSA/ABRASIL

A Petrobras registrou lucro líquido de R$ 38,156 bilhões no primeiro trimestre, o que corresponde a uma queda 14,4% na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo balanço divulgado ontem. Apesar da queda, o resultado veio bem acima da expectativa do mercado, que esperava R$ 31,96 bilhões, segundo projeções compiladas pela Refinitiv. "Os resultados financeiros refletem o excelente desempenho operacional da companhia. O pré-sal continua a ser o centro das nossas receitas e da geração de caixa, respondendo hoje por 77% da nossa produção total", afirmou Jean Paul Prates (**foto**), presidente da Petrobras. De acordo com dados do TradeMap, o resultado representa o segundo maior lucro da história entre empresas de capital aberto para o período, atrás apenas do lucro de R$ 44,561 bilhões no primeiro trimestre de 2022. Na comparação com o quarto trimestre, houve uma queda de 12,2%. Segundo a empresa, o resultado é explicado principalmente pela desvalorização do petróleo tipo Brent e menor resultado financeiro (queda de R$ 4,7 bilhões), parcialmente compensados por menores despesas operacionais (que subiram R$ 4,9 bilhões). Além disso, houve maior despesa com Imposto de Renda (alta de R$ 2,9 bilhões) principalmente em função da ausência de créditos tributários ocorridos no quarto trimestre de 2022 pela distribuição de dividendos do exercício de 2022 na forma de juros sobre capital próprio.

BALANÇO

Lucro da Caixa recua 23,9% e atinge R$ 1,9 bi no 1º trimestre

A Caixa Econômica Federal registrou lucro líquido de R$ 1,9 bilhão no primeiro trimestre de 2023, o que corresponde a uma queda de 23,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo balanço divulgado ontem. Em relação ao último trimestre de 2022, houve uma queda de 5,3%. A carteira de crédito do banco alcançou R$ 1,037 trilhão em março, alta de 16,6% em relação a março de 2022. Destaque para o aumento nos últimos 12 meses dos saldos das carteiras referentes ao setor imobiliário com recursos SBPE (21,6%); consignado (20,4%) e de agronegócio (125,8%). O saldo da carteira imobiliária finalizou o trimestre em R$ 659,3 bi, alta de 14,4% em relação ao mesmo período de 2022. PÁGINA 2

Empresa distribuirá R$ 24,7 bi em dividendos

A Petrobras informou ontem que irá pagar R$ 1,89 por ação em dividendos aos acionistas como antecipação relativa ao exercício de 2023. O montante corresponde a um volume total de R$ 24,7 bilhões, segundo cálculos da plataforma TradeMap. O valor veio acima do esperado pelo mercado. Os analistas da Ativa Investimentos projetavam um dividendo de R$ 16,4 bilhões, ou R$ 1,26 por ação. O anúncio fez as ações ordinárias e preferenciais da empresa fecharem em forte alta na Bolsa, com ganhos entre 2% e 3%. "A alta dos papeis só não foi maior por conta da queda do petróleo no mercado internacional", dizem os analistas da Guide Investimentos. Com relação à remuneração aos acionistas aprovada, o montante está alinhado à Política de Remuneração aos Acionistas vigente, que prevê que, em caso de endividamento bruto inferior a US$ 65 bi, a Petrobras deverá distribuir aos seus acionistas 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e as aquisições de ativos imobilizados. PÁGINA 2

IBGE

Desigualdade de renda tem menor nível em 11 anos

Com a ampliação do Auxílio Brasil para R$ 600 às vésperas da eleição e a geração de vagas de trabalho, a desigualdade de renda entre ricos e pobres caiu em 2022 para o menor nível de uma série histórica iniciada em 2012, segundo dados divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O abismo entre os extremos da população é medido pelo índice de Gini, que varia de 0 (igualdade máxima) a 1 (desigualdade máxima). Em 2022, o Gini do rendimento domiciliar per capita (por pessoa) recuou a 0,518, o menor nível da série em 11 anos, após subir a 0,544 em 2021. Apesar da queda no ano passado, o índice ainda segue em um nível elevado se comparado ao de outros países, segundo o IBGE. PÁGINA 2

TERROR EM BRASÍLIA

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Moraes manda soltar Torres, mas com tornozeleira

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), concedeu liberdade provisória para Anderson Torres (**foto**), ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. Torres foi ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PL) e estava preso desde janeiro por suposta omissão nos ataques golpistas de 8 de janeiro. A defesa de Torres insistia no pedido de liberdade sob a justificativa de piora do estado mental dele. Apesar da soltura, Moraes determinou medidas cautelares para o ex-ministro. Ele terá que usar tornozeleira eletrônica e não poderá se ausentar do Distrito Federal ou sair à noite e nos finais de semana. Torres, que é delegado da Polícia Federal, também foi afastado do cargo. Ele terá que entregar o seu passaporte, se apresentar toda semana à Vara de Execuções Penais do Distrito Federal e teve o porte de arma de fogo suspenso. PÁGINA 7

INDICADORES

IBOVESPA: 0,75% / 108.256,40 / 808,19 / Volume: R$ 26.736.416.213 / Negócios: 3.762.900

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
YDUQS PART ON NM	12.31	+8.08	+0.92
BRF SA ON NM	7.49	+6.09	+0.43
AZUL PN ATZ N2	12.97	+5.53	+0.68
COSAN ON NM	16.39	+3.73	+0.59
ULTRAPAR ON NM	17.21	+3.86	+0.64

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
ALPARGATAS PN N1	9.01	–3.43	–0.32
LOJAS RENNERON NM	16.92	–3.31	–0.58
CSNMINERACAOON EDJ N2	4.370	–3.53	–0.160
USIMINAS PNA N1	7.44	–2.49	–0.19
LOCAWEB ON ED NM	6.16	–2.99	–0.19

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	25.43	+3.67	+0.90
VALE ON NM	68.01	–1.95	–1.35
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	27.16	+0.97	+0.26
LOCALIZA ON NM	61.84	+2.98	+1.79
BRASIL ON NM	44.40	+2.05	+0.89

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.309,51	-0,66
NASDAQ Composite	12.328,506	+0,18
Euro STOXX 50	4.307,95	+0,13
CAC 40	7.349,14	-0,16
FTSE 100	7.730,58	-0,14
DAX 30	15.834,91	-0,39

Salário mínimo	R$ 1.302,00	**IGP-M**	-0,95% (abr.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA 5**	0,55% (abr.)	Compra: 5,4386	Venda: 5,6186
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(03/05)	13,75%	0,41	até o dia 12/mai.	Compra: 4,9690	Venda: 4,9696
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(12/5)	0,72%	BM&F/grama	R$ 318,50	Compra: 4,9350	Venda: 4,9356
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(05/2023)	0,2423%	Compra: 5,3877	Venda: 5,3883	Compra: 4,9448	Venda: 5,1248

Economia

MERCADOS

Bolsa sobe puxada por anúncio de dividendos da Petrobras; dólar cai

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) reverteu as perdas do início do dia e fechou em alta ontem consolidando sua sexta sessão seguida de ganhos. Já o dólar voltou a cair, enquanto o mercado segue acompanhando a tramitação do arcabouço fiscal no Congresso.

O Ibovespa (Índice Bovespa) subiu 0,75%%, a 108.256 pontos, acumulando alta de 6,3% nos últimos seis pregões. O dólar caiu 0,22%, a R$ 4,94.

Os mercados de juros futuros apresentaram queda, especialmente os mais longos. Os contratos com vencimento para janeiro de 2024 foram de 13,27% para 13,25%. Os para 2025 saíam de 11,73% para 11,65%, e os com vencimento em 2026, de 11,36% para 11,22%.

A Bolsa começou o dia com perdas, pressionada pelas ações da Vale, que fecharam a sessão em queda de 1,85% em meio ao recuo nos contratos futuros do minério de ferro, por conta de preocupações com a economia da China.

Durante a tarde, porém, o Ibovespa (Índice Bovespa) reverteu a queda, impulsionado pela alta da Petrobras, que registrou alta de 2,51% nas ações ordinárias e de 3,66% nas preferenciais após ter divulgado a distribuição de R$ 24,7 bilhões em dividendos.

As ações da Eletrobras também viraram ao longo do dia. A empresa terminou a sessão com alta de 0,69% nas ações ordinárias e 0,88% nas preferenciais.

Registraram alta, ainda, ações de Itaú (0,97%) e Localiza (2,98%), que acompanharam a Vale e a Petrobras entre as mais negociadas da sessão.

Em Nova York, os índices Dow Jones e o S&P 500 recuaram 0,66% e 0,17%. Já o Nasdaq, índice de tecnologia, subiu 0,18%.

O PacWest Bancorp despencou 22,61% depois de relatar queda nos depósitos na semana passada e prometer um adicional de US$ 5,1 bilhões de seus empréstimos ao banco central.

INVESTIMENTO

Petrobras dará R$ 24,7 bi em dividendos para acionistas

A Petrobras informou ontem que irá pagar R$ 1,89 por ação em dividendos aos acionistas como antecipação relativa ao exercício de 2023. O montante corresponde a um volume total de R$ 24,7 bilhões, segundo cálculos da plataforma TradeMap.

O valor veio acima do esperado pelo mercado. Os analistas da Ativa Investimentos projetavam um dividendo de R$ 16,4 bilhões, ou R$ 1,26 por ação. O anúncio fez as ações ordinárias e preferenciais da empresa fecharem em forte alta na Bolsa, com ganhos entre 2% e 3%. "A alta dos papeis só não foi maior por conta da queda do petróleo no mercado internacional", dizem os analistas da Guide Investimentos.

Com relação à remuneração aos acionistas aprovada, o montante está alinhado à Política de Remuneração aos Acionistas vigente, que prevê que, em caso de endividamento bruto inferior a US$ 65 bilhões, a Petrobras deverá distribuir aos seus acionistas 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e as aquisições de ativos imobilizados e intangíveis (investimentos)", diz a Petrobras no fato relevante, que informa também que a aprovação do pagamento é compatível com a sustentabilidade financeira da companhia.

O pagamento dos dividendos por ação anunciado nesta quinta será feito em duas parcelas de R$ 0,94 cada, nos dias 18 de agosto e 20 de setembro. Terão direito ao recebimento os acionistas com posição no dia 12 de junho.

No documento, a empresa diz ainda que o conselho de administração determinou que a diretoria executiva elabore proposta de ajuste do planejamento estratégico em curso e aperfeiçoamento da política de remuneração aos acionistas, incluindo a possibilidade de recompra de ações, e submeta as matérias para deliberação antes do encerramento do mês de julho de 2023.

"Assim, a companhia poderá dar um passo efetivo no sentido de diminuir a distribuição de proventos a partir de seu próximo resultado", dizem os analistas da Ativa.

Ao longo dos últimos meses, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem sinalizado ao mercado que pretende rever a política de distribuição de dividendos da estatal, com um direcionamento maior de recursos para investimentos de expansão da operação.

IBGE

Desigualdade de renda cai para menor nível em 11 anos

Com a ampliação do Auxílio Brasil para R$ 600 às vésperas da eleição e a geração de vagas de trabalho, a desigualdade de renda entre ricos e pobres caiu em 2022 para o menor nível de uma série histórica iniciada em 2012, segundo dados divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O abismo entre os extremos da população é medido pelo índice de Gini, que varia de 0 (igualdade máxima) a 1 (desigualdade máxima).

Em 2022, o Gini do rendimento domiciliar per capita (por pessoa) recuou a 0,518, o menor nível da série em 11 anos, após subir a 0,544 em 2021.

Apesar da queda no ano passado, o índice ainda segue em um nível elevado se comparado ao de outros países, segundo o IBGE.

O rendimento domiciliar per capita da metade da população mais pobre subiu 18% no ano passado, para R$ 537 por mês. Enquanto isso, o ganho médio dos brasileiros 1% mais ricos foi de R$ 17.447. O valor no topo da distribuição ficou 0,3% abaixo do registrado em 2021 (R$ 17.494). Todos os valores são em termos reais, ou seja, são ajustados pela inflação.

Mesmo com o leve recuo, os brasileiros 1% mais ricos (R$ 17.447) ganharam o equivalente a 32,5 vezes a renda da metade da população mais pobre (R$ 537).

Essa diferença é a menor da série histórica, embora o abismo siga existindo. Em 2012, ano inicial dos registros, a marca era de 38,2 vezes.

"A queda brusca dessa razão para o menor patamar da série histórica reflete um pouco tudo que observamos. Muitas pessoas voltaram para o mercado de trabalho, os muito pobres estão recebendo um auxílio que se compara ao auxílio emergencial em valor, e o 1% mais rico teve uma pequena redução no rendimento", afirmou Alessandra Brito, analista da pesquisa do IBGE.

Os resultados integram a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua: Rendimento de Todas as Fontes 2022. O rendimento domiciliar per capita corresponde ao ganho total de uma família dividido pela quantidade de pessoas na residência.

Segundo o instituto, a ampliação do Auxílio Brasil para R$ 600, às vésperas das eleições de 2022, no governo Jair Bolsonaro (PL), elevou os rendimentos dos mais pobres. Em paralelo, o mercado de trabalho deu sinais de retomada com o aumento de 7,7 milhões de pessoas na população ocupada.

Além disso, a base de comparação fragilizada de 2021 também influenciou os avanços nas faixas da população com renda menor, de acordo com o instituto.

De 2021 para 2022, a desigualdade medida pelo índice de Gini diminuiu em todas as regiões, com destaque para o Nordeste (de 0,556 para 0,517) e o Sudeste (de 0,533 para 0,505).

O Nordeste, contudo, manteve o maior indicador das regiões. O Sul seguiu com a menor marca (0,458).

O economista Marcelo Neri, diretor do centro de políticas sociais FGV Social, também avalia que o recuo da desigualdade reflete a ampliação do Auxílio Brasil no segundo semestre do ano passado, além da volta do mercado de trabalho.

Para Neri, o movimento de redução do Gini tende a permanecer em 2023. Segundo o economista, um dos motivos que sustentam essa projeção é a manutenção de transferências do Auxílio Brasil, com previsão de adicionais, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O programa, contudo, foi rebatizado como Bolsa Família na gestão petista.

O IBGE também divulgou o índice de Gini específico do rendimento médio mensal de todos os trabalhos dos brasileiros. O indicador de desigualdade recuou de 0,499 para 0,486, a menor marca da série.

A renda média de todos os trabalhos teve queda de 2,1% em 2022. Já a massa de rendimentos, considerada a soma dos salários, avançou 6,6%.

Segundo Brito, do IBGE, a entrada de quase 8 milhões de brasileiros na população ocupada puxou a média do rendimento do trabalho para baixo, mas, aparentemente, essas pessoas ingressaram no mercado com vencimentos similares. A combinação teria resultado em uma distribuição menos desigual.

Com a redução de 2,1% ante 2021, a renda média de todos os trabalhos foi estimada em R$ 2.659 no ano passado. Trata-se do menor patamar da série histórica, iniciada em 2012, e da segunda retração consecutiva.

O valor do rendimento médio é calculado a partir da divisão dos recursos obtidos com o trabalho pelo número de trabalhadores ocupados em vagas formais ou informais.

A massa de rendimento mensal de todos os trabalhos, por sua vez, subiu para R$ 253,1 bilhões. Segundo o IBGE, o resultado representa uma recuperação do indicador, após as perdas de 3,2% em 2021 e de 5,6% em 2020.

PRIMEIRO TRIMESTRE

Gasto com cartões cresce 10,7% e soma R$ 849 bilhões

O valor transacionado com cartões de crédito, débito e pré-pago alcançou R$ 839,5 bilhões no primeiro trimestre de 2023, o que corresponde a um crescimento de 10,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados divulgados ontem pela Abecs, associação que representa as empresas do setor de meios eletrônicos de pagamento. Os cartões de crédito movimentaram R$ 539,2 bilhões no período, alta de 12,7%, enquanto nos de débito o volume foi de R$ 234,6 bilhões, queda de 0,3%. Entre os pré-pagos, a alta chegou a 47%, mas o crescimento destacado guarda relação com a base ainda menor do volume transacionado, que foi de R$ 65,5 bilhões.

Os dados da Abecs mostram ainda que foram registradas 10,1 bilhões de transações com cartões de janeiro a março, incremento de 12,8% em bases anuais. Os cartões de crédito foram responsáveis por 4,6 bilhões do total de transações efetuadas no período, crescimento de 8,5%. Os de débito registraram 3,8 bilhões de operações, alta de 6%, e os pré-pagos, 1,8 bilhão, aumento de 52%.

"Tivemos um comportamento interessante com uma utilização bastante parruda dos meios eletrônicos em todos os seus diferentes segmentos", afirmou o presidente da Abecs, Giancarlo Greco, durante conversa com jornalistas para comentar os resultados do primeiro quarto do ano. "A utilização dos meios eletrônicos no consumo dos brasileiros vem ganhando espaço a cada ano." Embora o crescimento do volume financeiro transacionado ter ficado abaixo da projeção divulgada pela Abecs no final do ano passado, de um crescimento estimado para este ano entre 14% e 18%, Greco afirmou que o primeiro trimestre é um período do ano sazonalmente um pouco mais fraco do que a média para as operações com cartões de um modo geral.

O executivo afirmou que a associação ainda não pensa em fazer alguma revisão na projeção para a expansão da indústria em 2023, mas reconheceu que o segundo trimestre ainda deve ser marcado por uma cautela maior dos agentes do mercado, em um cenário de juros altos e alta da inadimplência.

Números do BC compilados pela Abecs mostram que, ao passo que a inadimplência média das pessoas físicas alcançou 6,2% em março de 2023, no cartão de crédito, a inadimplência foi de 8,9%. Segundo a Abecs, o aumento da inadimplência no cartão, assim como nas principais modalidades de crédito, tem apresentado um aumento mensal desde agosto de 2022, quando a taxa de juros atingiu 13,75%.

O presidente da Abecs assinalou que o setor de cartões vem trabalhando com o devido rigor nas novas concessões, a fim de manter a inadimplência sob controle. Greco reconheceu ainda que a utilização crescente do Pix como modalidade de pagamento deve abocanhar uma fatia cada vez maior da indústria de pagamentos ao longo dos próximos anos, em especial no caso do cartão de débito.

Dados da Febraban apontam que, do total de 63,07 bilhões de transações bancárias em 2022, o Pix foi a modalidade mais usada, com 24 bilhões de operações, seguida por cartão de crédito (18,2 bi), cartão de débito (15,6 bilhões), boleto (4 bilhões), TED (1,01 bi) e cheques (202,8 milhões). De todo modo, a maior familiaridade com os meios de pagamento por conta do Pix pode, na avaliação do executivo, contribuir para que os brasileiros passem a fazer uso de outras alternativas como os cartões.

BALANÇO

Lucro da Caixa recua 23,9% e atinge R$ 1,9 bi no 1º trimestre

A Caixa Econômica Federal registrou lucro líquido de R$ 1,9 bilhão no primeiro trimestre de 2023, o que corresponde a uma queda de 23,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo balanço divulgado ontem.

Em relação ao último trimestre de 2022, houve uma queda de 5,3%.

A carteira de crédito do banco alcançou R$ 1,037 trilhão em março, alta de 16,6% em relação a março de 2022.

Destaque para o aumento nos últimos 12 meses dos saldos das carteiras referentes ao setor imobiliário com recursos SBPE (21,6%); consignado (20,4%) e de agronegócio (125,8%).

O saldo da carteira imobiliária finalizou o trimestre em R$ 659,3 bilhões, crescimento de 14,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O banco fechou o mês de março com uma participação de mercado de 66,5% em financiamentos imobiliários totais.

No agronegócio, o saldo da carteira atingiu R$ 47,9 bilhões em março, aumento de 125,8% em comparação com o mesmo período de 2022.

No segmento Pessoa Física (PF), o crescimento, em 12 meses, foi de 204,4%, totalizando R$ 35,9 bilhões. Em Pessoa Jurídica (PJ), o crescimento foi de 27,2% em relação, para R$ 12 bilhões.

A linha de crédito consignado encerrou o trimestre com saldo de R$ 103,2 bilhões, crescimento de 20,4% sobre o mesmo período de 2022.

De janeiro a março, o banco concedeu R$ 127,6 bilhões em crédito, crescimento de 17,2% em 12 meses. No crédito imobiliário, as contratações somaram R$ 41,4 bilhões no primeiro quarto do ano, 19,6% maior em relação ao primeiro trimestre de 2022 -foram R$ 21,3 bilhões em contratações de crédito imobiliário SBPE, redução de 0,3% na comparação anual; e R$ 20,1 bilhões em contratações de crédito imobiliário FGTS, crescimento de 51,5%.

Já a taxa de inadimplência do banco público encerrou o trimestre em 2,73%, aumento de 0,4 ponto percentual em 12 meses, resultado influenciado por um cliente específico do segmento de saneamento/infraestrutura. Desconsiderando o impacto desse cliente, o índice seria de 2,38%.

As operações de infraestrutura alcançaram saldo de R$ 97,4 bilhões, crescimento de 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Tex Courier S.A.

CNPJ nº 73.939.449/0001-93

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: O ano de 2022 foi importante na história recente da Tex Courier S.A. ("Total Express" ou Companhia), pois foi o ano em que o processo de Recuperação Judicial do Grupo Abril, nosso controlador, e que teve início em 2019, foi encerrado. Em agosto de 2022, a Amazon, líder mundial no E-commerce, adquiriu uma participação minoritária de 9,68% na TEX LLC, holding que controla diretamente a Total Express. A transação não alterou o controle, governança ou modelo de gestão da empresa, mas demonstra o reconhecimento de uma operação robusta, que cresce de forma saudável e com consistente nível de serviço. Desde 2019, a Total Express conta com um time de executivos que vem atuando como catalisadores de mudanças, aprimorando processos, tornando a companhia mais leve, eficiente e competitiva. Essa visão de gestão e a implementação de sistemas para melhorar a roteirização das entregas, além da revisão de contratos com fornecedores, foram determinantes para minimizar o efeito da pressão nos custos por conta da inflação, reajuste do custo do Diesel e taxa de juros elevada no ano de 2022. Apesar do cenário desafiador, a nossa estratégia de planejamento operacional se mostrou muito acertada, e registramos novos recordes de processamento de encomendas durante a Black Friday. E, ainda assim, mantivemos o nível de qualidade dos serviços prestados. Como resultado, o desempenho da Total Express superou significativamente o que vimos no setor em geral. Inclusive, foi um período importante de *onboarding* de novos clientes que contribuíram com um volume interessante para o evento Black Friday, por exemplo. Parte desse bom desempenho, contribuiu para a evolução da receita bruta do ano de 2022. Embora cerca de 94% da nossa receita bruta seja oriunda principalmente dos produtos Standard, Expresso e Redespacho, e que somados, cresceram 50% versus 2021. Dos três produtos, o destaque foi a evolução de 47% do produto Expresso. Isso se deve, em parte, à ampliação de nossa abrangência para atender a um número maior de cidades, consolidando nossa atuação em mais de 96% do potencial de consumo do país. Destacamos ainda o sucesso do produto Cards, que iniciamos de forma tímida em 2021, mas que cresce de forma acentuada e tem na carteira de clientes as principais instituições financeiras e empresas de benefícios e *tags* de estacionamento. Nossa *expertise* em entrega de encomendas leves e um equipamento de sorter próprio para cartões nos coloca em posição de destaque neste mercado, com potencial de ampliar rapidamente nossa participação de mercado. Dentre os produtos/soluções que enfatizamos no ano de 2022 está o Solutions, que abrange uma série de soluções customizadas para os nossos clientes do e-commerce. Nesta modalidade, ofertamos aos nossos clientes a possibilidade de contratar apenas uma parte do processo da operação logística, de acordo com a sua necessidade e estratégia. Em 2022, também estruturamos nossa própria operação de Cross Border (Internacional), inicialmente para oferecer a logística de importação *Door-to-Door* (D2D). Desenvolvemos uma plataforma de inteligência artificial (IA) para analisar dados como peso, valor e impostos das encomendas antes do embarque, mitigando assim o risco da operação. Até 2021 nossa atuação era apenas através de parcerias. Estamos otimistas com as perspectivas desse mercado. Por fim, ainda na frente de produtos, começamos a ofertar o produto *Fullfilment* integrado ao *Cross-Docking* no Mega Hub Jundiaí. Nosso objetivo é oferecer futuramente o serviço em outras filiais. Além de ser um produto com um potencial de crescimento bastante promissor, funciona como um alavancador de negócios para o segmento de pequenas e médias empresas. Com relação à malha de entregas, adquirimos integralmente em 1º de dezembro de 2022, a empresa Anívia Serviços Aéreos Ltda ("Anívia"), uma operação aérea que atuará no transporte de cargas e fortalecerá ainda mais a integração com a malha rodoviária. A decisão de ter nossa própria malha aérea veio do aumento significativo no volume de entregas dos clientes e consequentemente do faturamento para a região Norte, especialmente na rota São Paulo-Manaus. Esse movimento está alinhado à nossa constante busca por sermos ainda mais rápidos e competitivos. Inicialmente a rota aérea está mais focada na região Norte do país, porém, futuramente, podemos atuar em outras regiões também. Esta rota já representa um faturamento importante para a Total Express, com perspectiva de ampliação significativa em 2023. De forma consolidada, o faturamento bruto da Total Express cresceu de forma robusta e encerrou o ano somando R$ 1,8 bilhão, um crescimento de 40% versus o ano de 2021. Apesar dessa evolução no *top line*, que foi acompanhada por um crescimento no volume de encomendas, que atingiu o recorde de 98 milhões, o ambiente operacional no ano de 2022 foi desafiador para o E-commerce com o impacto da inflação nas despesas gerais e administrativas, aumento de mais de 100% no custo do Diesel refletindo no custo de frete, e uma taxa Selic que começou o ano em 9,25% e encerrou 2022 em 13,75% onerando o custo das nossas dívidas. Como resultado, o Lucro Líquido foi de R$ 75,9 milhões, uma queda de 7% comparado a R$ 81,4 milhões em 2021. A nossa operação, leve em ativos e com forte geração de caixa, se traduz também em nossa estrutura de balanço. O endividamento bruto em 31 de dezembro 2022 era de R$ 104 milhões enquanto a posição de caixa era de R$ 112 milhões. O investimento em CAPEX ficou um pouco acima do previsto, somando R$ 70 milhões, com investimentos em tecnologia, infraestrutura, abertura de novas filiais e aquisição da empresa Anívia.

Abaixo, um resumo das principais linhas de resultado: **Receita Líquida:** A receita líquida da companhia alcançou a marca de R$ 1.477 milhão, um crescimento de 51% comparado a R$ 979,5 milhões em 2021. A evolução da receita líquida é resultado de um forte crescimento de 28% do volume de pedidos de clientes existentes e também novos clientes que atingiu 98 milhões em 2022. **Custos dos Serviços Prestados:** Os custos totalizaram R$ 1.209 milhão ao fim de 2022, um aumento de 50% comparado a 2021 e bastante aderente à evolução da receita. Os principais componentes do aumento dos custos foram: reajustes do custo do Diesel levando a um encarecimento do custo de frete (que representa cerca de 56% da Receita Bruta), aumento de abrangência de cidades e rotas, com abertura de novas filiais além dos custos iniciais da operação aérea. **Despesas Administrativas:** As despesas administrativas cresceram 128% e somaram R$ 138,1 milhões em 2022, versus R$ 59,4 milhões em 2021. Tal variação se deve, principalmente ao aumento de 63% na remuneração de pessoal em comparação com 2021, resultado do aumento do quadro de funcionários, em parte reflexo da abertura de filiais, dissídio e, contratações adicionais para atender um maior volume de operações em eventos do mercado de E-commerce. Em dezembro de 2022 a companhia contava com cerca de 7.229 colaboradores versus 5.228 em dezembro de 2021, um aumento de 38%. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro foi uma despesa financeira de R$ 35,3 milhões em 2022, um aumento de 249% em relação a uma despesa de R$ 10,1 milhões em 2021. Tal elevação ocorreu resultado tanto da combinação de novas captações ocorridas no período quanto pelo aumento da taxa básica de juros, a Selic, que saiu de 9,25% no final de 2021 e encerrou o ano em 13,75% no final de 2022. **Lucro Líquido:** O lucro líquido registrado para o ano de 2022 foi de R$ 75,5 milhões, uma queda de 7% comparado a R$ 81,4 milhões em 2021. Encerramos 2022 com resultados consistentes, recorde de encomendas, estrutura de balanço leve e com reduzida alavancagem. E os primeiros meses de 2023 já descortinam excelentes oportunidades de crescimento, de desenvolver novos produtos e consolidar a posição da TEX como uma empresa líder em logística de E-commerce, e com a maior cobertura de entregas e coletas no Brasil. Agradecemos imensamente ao nosso time de colaboradores, clientes e parceiros por todos os esforços e pelos resultados alcançados.

São Paulo, 11 de Maio de 2023

A Administração

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Ativo				
Circulante:				
Caixa e equivalentes de caixa	5	107.212	34.604	112.668
Contas a receber de clientes	7	245.998	179.376	245.998
Impostos a compensar	8	12.072	6.156	12.520
Adiantamentos a fornecedores e outros	9	23.578	18.696	27.552
Warrants a apropriar	27	165	192	165
Total do circulante		389.025	239.024	398.903
Não circulante:				
Realizável a longo prazo				
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	27	81	–	–
Títulos e valores mobiliários	6	225	11.502	225
Depósitos judiciais	20.1	4.358	1.764	4.358
Impostos a compensar	8	33	84	33
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	62.780	66.221	62.780
Warrants a apropriar	27	1.017	1.155	1.017
		68.494	80.726	68.413
Investimento	10.1	7.699	–	–
Intangível	11	69.015	25.456	69.015
Imobilizado	12	69.250	61.139	69.402
Ativo de direito de uso	17	163.034	71.802	175.723
Total do não circulante		377.492	239.123	382.553
Total do ativo		766.517	478.147	781.456

	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante:				
Fornecedores e outras contas a pagar	13	135.074	100.743	136.598
Operações de risco sacado	14	60.917	–	60.917
Aquisição participação acionária	10.3	11.157	–	11.157
Dividendos a pagar		15.372	–	15.372
Empréstimos e outros débitos de partes relacionadas	26	–	29.670	–
Obrigações trabalhistas	15	36.839	22.646	36.940
Empréstimos e financiamentos	16	2.038	10.993	2.038
Arrendamento mercantil	17	30.700	14.096	36.026
Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar	18	39.116	33.745	39.741
Total do circulante		331.213	211.893	338.789
Não circulante:				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e outros débitos de partes relacionadas	26	–	5.753	–
Empréstimos e financiamentos	16	102.466	25.874	102.466
Arrendamento mercantil	17	144.040	63.862	151.403
Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar	18	64.139	55.350	64.139
Provisão para demandas judiciais	20	14.215	17.144	14.215
Total do não circulante		324.860	167.983	332.223
Patrimônio líquido:				
Capital social	21	29.074	5.580	29.074
Reservas de capital	21	34.894	54.294	34.894
Reservas de lucros	21	2.918	2	2.918
Ajuste de avaliação patrimonial	10	(2.557)	–	(2.557)
Lucros acumulados	21	–	38.395	–
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	21.3	46.115	–	46.115
Total do patrimônio líquido		110.444	98.271	110.444
Total do passivo e patrimônio líquido		766.517	478.147	781.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Receitas de vendas	22	1.476.433	979.488	1.476.433
Custos dos serviços prestados	23	(1.209.236)	(806.593)	(1.209.236)
Lucro bruto		267.197	172.895	267.197
Despesas com vendas	23	(32.078)	(38.206)	(32.078)
Despesas administrativas	23	(135.083)	(59.361)	(137.008)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(901)	–	–
Outras receitas (despesas), líquidas	24	28.245	39.545	30.380
Lucro operacional		127.380	114.873	128.491
Resultado financeiro:				
Receitas	25	6.653	9.119	6.945
Despesas	25	(41.935)	(19.223)	(41.979)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		92.098	104.769	93.457
Imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	26	(14.110)	(16.666)	(14.195)
Diferidos	26	(3.441)	(6.700)	(3.441)
Lucro líquido do exercício		74.547	81.403	75.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	74.547	81.403	75.821
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	74.547	81.403	75.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de capital: Subvenção para investimentos	Reservas de capital: Transação com acionista não controladores	Ajuste de avaliação patrimonial	Distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021		667.520	–	14.276	10.860	–	–	(666.808)	25.848
Redução de capital por absorção de prejuízos acumulados, conforme ARS de 02 de julho de 2021	21.2	(667.510)	–	(14.276)	–	–	–	681.786	–
Aumento de capital utilizando a reserva de capital, conforme 58ª alteração contratual de 02 de julho de 2021	21	5.570	–	(5.570)	–	–	–	–	–
Constituição do bônus dos serviços de logística (*warrants*)	27	–	–		11.685	–	–	–	11.685
Constituição de reserva de capital sobre crédito presumido ICMS	21.2	–	–	37.319	–	–	–	(37.319)	–
Constituição de reserva legal	21	–	2		–	–	–	(2)	–
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	21.3	–			–	–	–	(20.665)	(20.665)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	81.403	81.403
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.580	2	31.749	22.545	–	–	38.395	98.271
Aumento de capital social	21	23.494				–	–	–	23.494
Constituição do bônus dos serviços de logística (*warrants*)	27	–	–		12.349	–	–	–	12.349
Constituição de reserva de capital sobre crédito presumido ICMS	21.2	–	–		–	–	–	–	–
Constituição de reserva legal 2021	21	–	1.116		–	–	–	(1.116)	–
Constituição de reserva legal 2022		–	1.800		–	–	–	(1.800)	–
Distribuição de dividendos 2021		–	–	(31.749)	–	–	–	(48.539)	(80.288)
Constituição de dividendos 2022		–	–	–	–	–	–	(15.372)	(15.372)
Dividendos propostos		–	–	–	–	–	46.115	(46.115)	–
Mais Valia na aquisição de empresas controladas	10	–	–	–	–	(2.557)	–	–	(2.557)
Efeito aquisição Anívia		–	–	–	–	–	–	(1.274)	(1.274)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	75.821	75.821
Saldos em 31 de dezembro de 2022		29.074	2.918	–	34.894	(2.557)	46.115	–	110.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	74.547	81.403	74.547
Ajustes de:			
Depreciações e amortizações	16.412	7.656	16.412
Amortização de ativos de direito de uso	24.468	14.954	24.468
Baixas líquidas do imobilizado	–	1	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.441	6.700	3.441
Resultado de equivalência patrimonial	901	–	–
Créditos de liquidação duvidosa	(3.893)	508	(3.893)
Provisão para demandas judiciais	2.794	1.954	2.794
Juros e variação cambial	29.011	15.865	29.011
Juros sobre operações de risco sacado	1.924	–	1.924
Juros sobre parcelamentos tributários	1.504	2.739	1.504
Apropriação de encargos sobre empréstimos	547	–	547
Redução *warrants*	12.349	11.685	12.349
Variação do capital circulante			
Contas a receber	(62.729)	(38.720)	(62.729)
Impostos a recuperar	(5.865)	(2.152)	(6.158)
Adiantamentos a fornecedores e outros	(4.882)	(4.730)	(1.561)
Warrants a apropriar	165	165	165
Depósitos judiciais	(2.594)	(1.451)	(2.594)
Fornecedores e outras contas a pagar	34.331	4.412	35.836
Operações de risco sacado	58.993	–	58.993
Obrigações trabalhistas	14.193	4.760	14.287
Baixas por pagamento de contingências	(5.723)	–	(5.723)
Partes relacionadas	(81)	–	–
Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar	31.081	7.353	31.070
Juros pagos	(15.827)	(3.578)	(15.827)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.425)	(18.465)	(18.425)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	186.642	91.059	190.438
Atividades de investimentos			
Aquisições de:			
Imobilizado	(20.733)	(46.708)	(20.733)
Intangível	(47.349)	(23.503)	(47.349)
Aplicações financeiras	11.277	8.051	11.277
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(56.805)	(62.160)	(56.805)
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital	23.494	–	23.494
Captação de empréstimos e financiamentos	100.000	35.000	100.000
Encargos sobre empréstimos e financiamentos a apropriar	(1.876)	–	(1.876)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(31.144)	(8.230)	(31.144)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	(31.992)	(19.224)	(31.992)
Dividendos pagos	(80.288)	(20.665)	(80.288)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (partes relacionadas)	(35.423)	(44.000)	(35.423)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(57.229)	(57.119)	(57.229)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	72.608	(28.220)	76.404
(+) Saldo inicial	34.604	62.824	36.264
(=) Saldo final	107.212	34.604	112.668
Movimentação líquida de caixa e equivalentes de caixa	72.608	(28.220)	76.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Descrição da conta	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Receitas	1.798.339	1.221.449	1.800.474
Venda de mercadorias e serviços	1.794.631	1.218.104	1.794.631
Outras receitas	1.982	3.852	4.117
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	1.726	(507)	1.726
Insumos adquiridos de terceiros	1.179.211	729.808	1.181.137
Custo das mercadorias e serviços vendidos	1.081.301	603.094	1.082.944
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	97.910	126.714	98.193
Recuperação de valores ativos	–	–	–
Valor adicionado bruto	619.128	491.641	619.337
Depreciação, amortização e exaustão	40.880	22.609	40.880
Valor adicionado líquido produzido	578.248	469.032	578.457
Valor adicionado recebido em transferência	33.039	46.438	34.232
Receitas financeiras	6.653	9.119	6.945
Resultado de equivalência patrimonial	(901)	–	
Subvenções governamentais	27.287	37.319	27.287
Outras	–	–	
Valor adicionado total a distribuir	611.287	515.470	612.689
Distribuição do valor adicionado	611.287	515.470	612.689
Pessoal e encargos	286.107	144.294	286.107
Remuneração direta	203.074	104.897	203.074
Benefícios	72.569	31.964	72.569
FGTS	10.464	7.433	10.464
Impostos, taxas e contribuições	211.863	270.506	211.962
Federais	73.616	157.700	73.715
Estaduais	136.089	111.496	136.089
Municipais	2.158	1.310	2.158
Remuneração de capital de terceiros	38.770	19.266	38.799
Juros	32.255	19.225	32.284
Aluguéis	6.515	41	6.515
Remuneração de capitais próprios	74.547	81.404	75.821
Dividendos			
Lucros retidos	74.547	81.404	75.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A Tex Courier S.A. ("Companhia" ou "Tex") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo. Controlada pela Total Express Holding LLC (Tex Holding), em conjunto com as demais partes relacionadas, "Grupo Abril". Com quase 30 anos de existência, a Companhia tem como atividade principal a oferta de um amplo e diversificado portfólio de soluções logísticas que atendem os clientes no transporte, na oferta de soluções com o Solutions, importação de produtos através dos produtos do Internacional e a operação de logística, aqui na oferta de armazenamento, pick e packing e cross docking aos clientes. A Tex atende desde o pequeno e médio e-commerce até os gigantes do varejo, incluindo operações complexas de diversas indústrias, com capilaridade e abrangência em todo o território nacional. A Tex é responsável pela entrega de uma grande variedade de carga, das mais variadas origens para os mais variados destinos, com velocidade e foco na excelência. Recuperação judicial - TEX: Em 22 de fevereiro de 2022 houve a publicação de sentença declarando o encerramento da Recuperação Judicial do Grupo Abril, em 3 de março de 2022 houve a publicação de decisão de não conhecimento dos embargos de declaração opostos contra a sentença, determinando a certificação do trânsito em julgado da sentença de encerramento, e em 01 de abril de 2022 houve a certificação no processo do trânsito em julgado da decisão de encerramento da Recuperação Judicial. **2. Resumo das principais práticas contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2023. Impactos da COVID-19: Desde o início da pandemia, a Companhia tem monitorado os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes do governo e OMS, que foram implementadas para o cuidado dos colaboradores. A Companhia esclarece que vem tomando providências no sentido de preservar a saúde de seus colaboradores e a continuidade dos seus negócios e, para tanto, está adotando as determinações e orientações dos poderes públicos (federal, estadual e municipal), bem como iniciativas próprias conforme as especificidades inerentes às suas atividades. **2.2. Base de consolidação das demonstrações financeiras:** Conforme descrito no contexto operacional, a Companhia realizou a aquisição de 100% da operação da Anívia Serviços Aéreos em 2 de dezembro de 2022. Sendo assim, estão sendo apresentados saldos consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O resultado da controlada adquirida durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os exercícios sociais da controlada incluídos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na empresa consolidada. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e a empresa controlada são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, que buscam seguir condições de mercado. As demonstrações financeiras individuais consolidadas incluem as operações da Companhia e sua controlada, apresentada a seguir:

Participação direta	Principal atividade	País sede	Percentual de participação 2022	Percentual de participação 2021
Anívia Serviços Aéreos Ltda.(i)	Logística e transporte	Brasil	100%	–

(i) Anívia Serviços Aéreos Ltda. foi adquirida em 02 de dezembro de 2022. **2.3. Classificação entre circulante e não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável. **2.4. Pronunciamentos novos e revisados:** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões as normas já existentes. Os principais normativos alterados foram o CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). Alterações no IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações no IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a Companhia inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a Companhia (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela Companhia ou credor em nome da outra parte. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações no IAS 41/CPC 29 - Agricultura: A alteração exclui a exigência da IAS 41 para que as Companhias excluam os fluxos de caixa de tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos. Isso alinha a mensuração do valor justo da IAS 41 às exigências da IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para que os fluxos de caixa e taxas de desconto sejam internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações no IAS 16/CPC 27 Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido: As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a Companhia reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A Companhia mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da Companhia, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações no IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato: As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações no IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual: As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adote a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) - Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2022 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. **2.5. Apresentação de informações por segmentos:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regulamente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todas as decisões são tomadas pela Diretoria Executiva (que é o principal tomador de decisão operacionais) e baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de transporte e logística e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de transporte e logística como passível de reporte. **2.6. Conversão de moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais relacionados a contas sujeitas às variações cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Variações cambiais, líquidas" classificada no grupo de resultado financeiro. **2.7. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, a contar da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** 2.8.1. Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de Dezembro de 2022 e 2021 da Tex Courier S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.9. Impairment de ativos financeiros:** Ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor normalmente não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração de resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.10. Contas a receber de clientes:** Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. A Companhia estima as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa com base no modelo permitido pelo CPC 48/IFRS9, com base no histórico de pagamento de cada cliente é verificada uma pontuação ponderada de crédito do mesmo (Nota de crédito) em conjunto com a idade (aging) dos seus títulos a receber e a expectativa de perdas futuras. A Companhia avalia periodicamente sua carteira de recebíveis, constituindo provisão para liquidação de créditos duvidosos conforme regra de crédito e idade dos títulos e todos os títulos cujo processo de recebimento esteja sob âmbito judicial. **2.11. Ativos Intangíveis:** Sistemas de computação (software): As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las, acrescidos dos custos incorridos para deixar os *softwares* prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, apresentadas na nota 11. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Sistemas de computação (software): Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **2.12. Imobilizado:** É mensurado pelo custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil econômica estimada desses ativos, de acordo com as taxas divulgadas na nota 12. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são incluídos reconhecidos em "Outras receitas, líquidas", na demonstração do resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **2.13. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.14. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada, como resultado de eventos já incorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O resultado de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido, sendo reconhecidas na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e contra o qual as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser usados. **2.17. Benefícios a funcionários:** Participação nos lucros: A Companhia oferece aos seus funcionários participação nos resultados, por meio de um programa de participação nos resultados, vinculado ao atingimento de metas preestabelecidas anualmente definida pela Administração. O reconhecimento do passivo e despesa desta participação é efetuado mensalmente a título de provisão e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável. **2.18. Classificação entre circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável. **2.19. Demonstrações dos resultados:** Reconhecimento da receita: i) *Receita de vendas de serviços:* A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, como também, somente após o atendimento de sua principal obrigação de desempenho, que é a entrega efetiva da mercadoria transportada no destinatário final. A Companhia efetua provisão para redução de receitas para mercadorias em trânsito e ainda não entregues. ii) *Receita financeira:* A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Custos: Os custos dos serviços prestados são reconhecidos quando da efetiva prestação dos serviços. i) *Subvenções e assistências governamentais:* As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do exercício de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Benefícios fiscais de ICMS: A Companhia possui incentivos fiscais concedidos pelos governos estaduais, por meio do convênio ICMS 106/1996, que concede aos estabelecimentos prestadores de serviço de transporte um crédito presumido de 20% proporcional ao valor do ICMS devido na prestação dos serviços de transporte, que é adotado, opcionalmente, pela Companhia, em substituição ao sistema de tributação previsto na legislação estadual. **2.20. Direito de uso e arrendamento mercantil:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota 2.14. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.21. Normas novas, que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020 e sua aplicação deve ser efetuada a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retroativamente. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement* 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de demandas judiciais. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: a) Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Grupo como arrendatário): A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo na produção da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não cancináveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que o Grupo normalmente aluga-os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. A Nota 17 inclui mais informações sobre possíveis pagamentos futuros de aluguel relacionados a períodos após a data de exercício das opções de renovação e rescisão que não estão incluídas no prazo do arrendamento. b) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. c) Perda (*impairment*) do imobilizado e intangíveis: Anualmente, a Companhia analisa indicativos de eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado e intangível, de acordo com a política contábil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indícios de perda. d) Provisão para demandas judiciais: No ano de 2022 a Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, efetuou a provisão para contingências relativas às ações judiciais de natureza cível e trabalhista. Para tanto, a Companhia considera estudo realizado com base no histórico de valores desembolsados para os processos encerrados nas esferas cíveis e trabalhistas, que refletem as decisões positivas obtidas no judiciário, que demonstram as boas práticas atuais adotadas na gestão das rotinas, e ainda, expressam o posicionamento jurisprudencial sobre a terceirização de atividades adotadas pela empresa, a Companhia alterou o critério de provisionamento, passando a atribuir os valores de perda dos processos considerando o ticket médio dos valores desembolsados pela Companhia para o encerramento dos processos, utilizando a "base móvel de processos encerrados dos últimos 24 meses". e) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos: A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores de ativos e dos passivos decorrentes de combinações de negócios que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável. g) Warrants: A companhia utiliza as premissas para calcular o valor justo, conforme demonstradas na nota 27. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco foi estabelecida pela Administração. A área financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros, estabelecendo princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimento de excedentes de caixa. a) Risco de mercado: i) *Risco de taxa de juros:* A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente DI). O risco relacionado a esses empréstimos e financiamentos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esse tipo de risco para saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022. Contudo, há um monitoramento contínuo dessas taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras na data do balanço. ii) *Análise de sensibilidade:* A Companhia está exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desse indexador foram definidos três cenários diferentes: Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerado uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada a seguir:

			Ganhos/Perdas		
Transação indexada ao CDI	Risco	Saldos em 31/12/2022	Provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	104.504	14.975	17.828	21.402
Contratos de arrendamento mercantil	Aumento do CDI	163.034	23.362	27.813	33.389
Títulos e valores mobiliários	Queda do CDI	225	29	23	20
	CDI (aumento)(1)	13,65%	14,33%	17,06%	20,48%
	CDI (queda (1)	13,65%	12,97%	10,24%	6,83%

(1) CDI divulgado pela CETIP. b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado pela área financeira. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes. As taxas pactuadas para os títulos e valores mobiliários ("CDBs") refletem as condições usuais de mercado, que são remuneradas a uma taxa média que variam entre 100% e 105% do CDI. A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, e que pode variar de acordo com a estratégia comercial e do cenário econômico que a Companhia está inserida. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do "Contas a Receber". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, a fim de assegurar a manutenção dos atuais negócios da Companhia. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade e oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir este custo. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	104.504	36.867	104.504
Contas a pagar por aquisição de investimentos	11.157	–	11.157
(–) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(107.212)	(34.604)	(112.668)
Dívida líquida	8.449	2.263	2.993
Patrimônio líquido	125.816	98.271	125.816
Patrimônio líquido e dívida líquida	134.265	100.534	128.809

4.3. Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; e (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: (i) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; (ii) Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e (iii) Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. A Diretoria concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos, considerando suas datas de vencimento, natureza e comparando com as taxas de juros contratuais, com o mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras por categoria, bem como os respectivos valores justos, são os seguintes.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Hierarquia do valor justo	Custo amortizado	Valor contábil	Valor justo
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	107.212	107.212	107.212
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	225	225	225
Contas a receber	Nível 2	246.281	246.281	246.281
Warrants	Nível 3	–	1.182	1.182
Total do ativo		353.718	354.900	354.900
Passivo:				
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	(146.320)	(146.320)	(146.320)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(104.504)	(104.504)	(104.504)
Arrendamentos mercantis	Nível 2	(174.740)	(174.740)	(174.740)
Parcelamentos de impostos	Nível 2	(86.675)	(86.675)	(86.675)
**Total do passiv

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de Dezembro de 2022 e 2021 da Tex Courier S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Salários a pagar	16.067	8.683	16.117
Provisão para 13° e férias	15.110	9.847	15.110
Encargos sociais	5.662	4.116	5.713
	36.839	22.646	36.940

16. Empréstimos e financiamentos: Em maio de 2022, a Companhia efetuou a liquidação de R$25.918 referente ao saldo do empréstimo obtido com o Banco BTG Pactual. O referido empréstimo, obtido em março de 2021, no montante de R$35.000, prazo de pagamento de 48 meses e juros de CDI + 6,0% a.a., foi destinado a aquisição de maquinário para automatização do processo de separação e distribuição de encomendas (sorter), para o Centro de distribuição de Jundiaí-SP. Também em maio de 2022, a Companhia captou junto ao Banco BTG Pactual, uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R$100.000 (cem milhões), com vencimento em maio de 2024 e custo de CDI + 6% a.a. com a finalidade de subsidiar o capital de giro. Os saldos e as movimentações destes empréstimos seguem abaixo:

Consolidado 2022

	Saldo inicial	Captação	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custo operação financeira	Apropriação de custo operação financeira	Saldo final
Banco Daycoval	8.324	–	1.395	(2.619)	(1.285)	–	–	5.815
Banco BTG Pactual	28.543	100.000	13.666	(28.525)	(13.666)	(1.876)	547	98.689
Total	36.867	100.000	15.061	(31.144)	(14.951)	(1.876)	547	104.504
								2.038
Circulante								102.466
Não circulante								104.504

Controladora 2021

	Saldo inicial	Captação	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custo operação financeira	Apropriação de custo operação financeira	Saldo final
Banco Daycoval	9.989	–	1.038	(1.667)	(1.036)	–	–	8.324
Banco BTG Pactual	–	35.000	2.648	(6.563)	(2.542)	–	–	28.543
Total	9.989	35.000	3.686	(8.230)	(3.578)	–	–	36.867
Circulante								10.993
Não circulante								25.874
								36.867

Os montantes registrados no passivo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano de vencimento	Consolidado Valor
2023	2.038
2024	102.466
	104.504

17. Direito de uso e arrendamento mercantil: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o exercício:

Controladora

Descrição	Vida útil (anos)	31/12/2021	Adição	Baixa	Amortização direito de uso	Remensuração (i)	31/12/2022
Locação de imóveis	2 a 15 anos	71.802	45.273	–	(20.868)	672	97.339
Locação de veículos	4 anos	–	38.659	–	(3.600)	31.096	65.695
		71.802	83.932	–	(24.468)	31.768	163.034

Consolidado

Descrição	Vida útil (anos)	31/12/2021	Adição	Baixa	Amortização direito de uso	Remensuração (i)	31/12/2022
Locação de imóveis	2 a 15 anos	71.802	45.273	–	(20.868)	672	97.339
Locação de veículos	4 anos	–	38.659	–	(3.600)	31.096	65.695
Locação de aeronave (ii)	2 anos	–	12.689	–	–	–	12.689
		71.802	96.621	–	(24.468)	31.768	175.723

(i) Refere-se a aditivos relacionados a vigência e revisão de taxa de contratos firmados em 2022.
(ii) Refere-se a locação de aeronave Boeing modelo B737-330F ano 1991 que está em trâmites para liberação de uso na operação da Anivia.

Controladora

Descrição	Vida útil (anos)	31/12/2020	Adição	Baixa	Amortização direito de uso	Remensuração	31/12/2021
Locação de imóveis	2 a 15 anos	64.941	21.815	–	(14.954)	–	71.802
		64.941	21.815	–	(14.954)	–	71.802

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o exercício:

Controladora

Descrição	31/12/2021	Adição	Baixa	Apropriação de juros	Pagamentos	Remensuração (i)	31/12/2022
Imóveis	77.958	45.273	–	10.956	(27.342)	672	107.977
Veículos	–	38.659		2.118	(4.650)	31.096	66.763
	77.958	83.932	–	13.074	(31.992)	31.768	174.740
Circulante							30.700
Não circulante							144.040

Consolidado

Descrição	31/12/2021	Adição	Baixa	Apropriação de juros	Pagamentos	Remensuração (i)	31/12/2022
Imóveis	77.958	45.273	–	10.956	(27.342)	672	107.977
Veículos	–	41.331		2.118	(4.650)	31.096	66.763
Aeronave (ii)	–	12.689	–	–	–	–	12.689
	77.958	96.621	–	13.074	(31.992)	31.768	187.429
Circulante							36.026
Não circulante							151.403

(i) Refere-se a aditivos relacionados a vigência e revisão de taxa de contratos firmados em 2022.
(ii) Refere-se a locação de aeronave Boeing modelo B737-330F ano 1991 que está em trâmites para liberação de uso na operação da Anivia.

Controladora

Descrição	31/12/2020	Adição	Baixa	Apropriação de juros	Pagamentos	Remensuração	31/12/2021
Passivo de arrendamento	69.281	22.480	–	6.086	(19.889)	–	77.958
	69.281	22.480	–	6.086	(19.889)	–	77.958
Circulante							14.096
Não circulante							63.862

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS 16/CPC 06 (R2) e do Ofício Circular CVM 02/19, a administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS 16/CPC 06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Companhia. A administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de nossos contratos, conforme determina o item 27b do ofício da CVM. A tabela a seguir demonstra as taxas utilizadas pela Companhia:

Prazos	Taxa % ao ano
1 ano	De 9,24% a 16,96%
2 anos	De 5,15% a 16,93%
3 anos	De 9,24% a 16,85%
4 anos	De 7,46% a 16,86%
5 anos	De 9,35% a 16,92%
De 6 a 10 anos	De 11,81% a 17,14%
Acima de 11 anos	17,12%

Para atender a orientação do ofício da CVM e transparência requerida, informamos abaixo o impacto no balanço dos juros nominais embutidos:

	Valor
Fluxo Nominal	266.193
(–) Juros embutidos	(78.764)
	187.429

O cronograma anual de pagamentos dos referidos contratos, é como segue:

Ano	Pagamentos
2023	36.025
2024	39.960
2025	31.979
2026	29.854
2027	21.449
2027 a 2034	28.162
	187.429

18. Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Parcelamentos	86.675	66.054	86.675
ICMS (i)	44.555	36.586	44.555
Imposto de renda e contribuição social	–	1	–
PERT	2.881	3.526	2.881
INSS	151	219	151
PARCELAMENTO 10A - Federal	13.967	13.470	13.967
PARCELAMENTO 10A - INSS	12.704	12.252	12.704
PARCELAMENTO FEDERAL (simplificado) (ii)	12.417	–	12.417
Tributos correntes	16.580	23.041	16.308
COFINS	1.345	3.258	1.364
ICMS	9.297	16.906	9.297
PIS	292	724	295
INSS	2.476	1.521	2.476
Imposto de renda e contribuição social	894	–	1.379
Outros	2.276	632	2.394
	103.255	89.095	103.880
Circulante	39.116	33.745	39.741
Não circulante	64.139	55.350	64.139

(i) A Companhia obteve junto às Secretarias da Fazenda de diversos Estados, autorização para o parcelamento do ICMS, cujo prazos variam entre 24 e 84 parcelas. (ii) Parcelamento simplificado referente aos tributos Pis, Cofins, IRPJ e CSLL corrente.

As movimentações ocorridas nos parcelamentos podem ser assim demonstradas:

Parcelamento ICMS	ICMS
Saldos em 31 de dezembro de 2020	47.941
Transferência para outros parcelamentos	(360)
Juros	1.672
Pagamentos	(12.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	36.586
Adição	20.282
Juros	827
Pagamentos	(13.140)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	44.555
Circulante	14.563
Não circulante	29.992

i) *Parcelamento da Recuperação Judicial: Parcelamento 10A:* Durante o ano de 2019, a Companhia aderiu ao parcelamento de tributos federais, destinado a empresas em recuperação judicial. Esta modalidade de parcelamento prevê o pagamento em 84 parcelas, atualizados pela taxa Selic. O parcelamento já foi deferido pela Receita Federal.

	2022 10A
Adições ao parcelamento 10A:	
Saldos de parcelamentos anteriores:	
Parcelamento 10A - Federal	13.470
Parcelamento 10A - INSS	12.252
Total dos parcelamentos anteriores	25.722
Atualização monetária	2.777
Pagamentos efetuados	(1.828)
Saldo a pagar	26.671
Parcelamento 10A - Federal	13.967
Parcelamento 10A - INSS	12.704

	2021 10A
Adições ao parcelamento 10A:	
Saldos de parcelamentos anteriores:	
Parcelamento 10A - Federal	19.251
Parcelamento 10A - INSS	17.510
Total dos parcelamentos anteriores	36.761
Atualização monetária	375
Pagamentos efetuados	(386)
Pagamento com utilização de prejuízo fiscal	(11.028)
Saldo a pagar	25.722
Parcelamento 10A - Federal	13.470
Parcelamento 10A - INSS	12.252

Parcelamento PERT

	2022 PERT
Adições ao parcelamento da Recuperação Judicial:	
Saldos de parcelamentos anteriores:	
- PIS	2.490
- COFINS	1.036
Total das adições	3.526
Atualização monetária	329
Pagamentos efetuados	(974)
Saldo a pagar	2.881

Parcelamento Simplificado

	2022 Simplificado
Saldos de parcelamentos anteriores	–
Adições	14.621
Atualização monetária	(141)
Pagamentos efetuados	(2.063)
Saldo a pagar	12.417
Parcelamento PIS/COFINS	12.417

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos: 19.1. A Companhia detém um saldo histórico de prejuízos fiscais, a compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos foi baseada em projeções futuras do resultado tributável, preparados pelos gestores dos negócios e aprovadas pela Administração da Companhia. A sua realização, conforme os prazos descritos abaixo estão fundamentados na expectativa de realizações dessas projeções:

Projeção da realização do saldo de imposto de renda ativo

Ano	2022 IR/CS diferidos
2023	17.873
2024	21.562
2025	5.086
	44.521

19.2. A movimentação dos ativos de impostos diferidos durante o exercício é a seguinte:

	31/12/2021	Efeito no resultado	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos			
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	51.241	(6.720)	44.521
Diferenças temporárias	14.980	3.279	18.259
	66.221	(3.441)	62.780

Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	44.521	51.241
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias:		
Arrendamento mercantil CPC 06	4.274	2.386
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	35	1.423
Participação dos empregados nos lucros	3.328	1.429
Provisão para passivos judiciais	4.833	5.994
Depreciação Fiscal - CPC 27	–	1.169
Outras provisões (i)	5.789	2.579
Total	62.780	66.221

(i) Provisões para registro de despesas na competência.

20. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios. A respectiva provisão para demandas judiciais foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos seus assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas e quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, avalia que a provisão para demandas judiciais constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir: a) Composição do passivo não circulante:

Processos	2022	2021
Trabalhistas	14.037	15.447
Tributário	–	–
Cíveis	178	1.697
	14.215	17.144

b) Movimentação das provisões para demandas judiciais:

Processos	Trabalhista	Cíveis	Tributário
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.447	1.697	–
			–
Complemento de provisão	6.836	809	–
Reversão de provisão	(4.644)	(207)	–
Pagamento de processos	(3.602)	(2.121)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14.037	178	–
Processos	**Trabalhista**	**Cíveis**	**Tributário**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.580	201	851
Complemento de provisão	928	1.508	–
Reversão de provisão	–	–	(851)
Pagamento de processos	(61)	(12)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.447	1.697	–

Os processos classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda "possível" totalizam R$7.033 (R$5.485 em 31 de dezembro de 2021), e tem como natureza processos Tributários. c) A natureza das ações pode ser sumariada como segue: *Processos trabalhistas:* A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista substancialmente compostas por pedidos referentes a férias proporcionais, diferencial de salário, adicional noturno, horas extras, encargos sociais, dentre outros. *Processos cíveis:* A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível, que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, efetua provisão para demandas judiciais relativa a esses processos. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, efetuou a provisão para demandas judiciais relativas às ações de natureza cíveis e trabalhistas, considerando estudos realizadas com base no histórico de valores desembolsados para os processos encerrados. *Processos tributários:* A companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária substancialmente compostas por pedidos referentes a cobrança de ICMS, PIS, CONFIS, CPRB e ISS. A avaliação de risco é estimada pelos seus assessores jurídicos. Somente serão provisionados os processos em que a companhia for ré nas demandas e apontados como classificação de risco provável e tiver passivo contingente - risco de desembolso pela Tex. Os valores serão calculados pela área fiscal da Companhia. Os processos administrativos tributários são provisionados quando tiver passivo contingente - risco de desembolso pela Tex. **20.1. Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como segue:**

	2022	2021
Trabalhistas	4.358	1.764
Cíveis	–	–
	4.358	1.764

21. Patrimônio líquido: 21.1. Capital Social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018, no montante de R$252.624, estava representado por 252.623.986 ações ordinárias, integralizadas e subscritas pela sua controladora DGB Participações - Distribuição Geográfica do Brasil S.A. e 1 ação ordinária integralizada e subscrita pela DilogPar - Distribuição, Logística e Participações Ltda. Em 17 de abril de 2019, foi aprovada a transformação da Companhia em sociedade limitada, com a conversão das 252.623.987 ações ON, em 252.623.987 quotas, permanecendo inalterada sua distribuição entre os quotistas. Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia incorporou suas controladoras DGB e Dipar e as quotas representativas do capital da Companhia foram transferidas para a Abril Mídia. No mesmo ato a sócia Dilogpar se retirou da sociedade (nota 1.2). Nessa mesma data, a Abril Comunicações aumentou o capital da Companhia pelo montante de R$414.896, com a emissão de 414.895.586 novas quotas, no valor de R$1 (um real) cada, mediante a capitalização parcial da dívida assumida contra ela, pela Companhia, quando da incorporação da Dipar. Dessa forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019, no montante de R$667.520, está representado por 667.519.573 quotas, integralizadas e subscritas conforme abaixo:

Sócio	Quotas	% Participação
Abril Mídia Ltda.	252.623.987	37,85%
Abril Comunicações S.A.	414.895.586	62,15%
Total	667.519.573	100,00%

Em 24 de janeiro 2020, a Abril Comunicações e a Abril Mídia, cederam em aumento de capital da Total Express Holding LLC, a totalidade das quotas que detinham sobre o capital social da Companhia, passando a Total Express Holding LLC a ser a detentora da totalidade das quotas representativas do capital social da Companhia, conforme abaixo:

Sócio	Quotas	% Participação
Total Express Holding LLC	667.519.573	100,00%
Total	667.519.573	100,00%

Com o objetivo de sanear o patrimônio líquido da Companhia, em 02 de julho de 2021 a Administração realizou a absorção da totalidade do saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, no valor de R$681.786, para tanto, foram efetuados: (i) uma redução de capital no valor de R$667.510, (ii) utilização integral do saldo da conta de reservas de capital no valor de R$14.276, constituída durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Nesta mesma data, a distribuição de dividendos ao sócio, do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$20.665. Ato contínuo, a Administração aprova um aumento de capital no valor de R$5.570 com a totalidade do saldo das reservas de capital formadas entre 01 de janeiro de 2021 e 30 de abril de 2021, no valor de R$5.570. Na mesma data, aprova a transformação da Companhia de Ltda., para S.A. de capital fechado, convertendo a integralidade de suas quotas, no montante de 5.580.293, em ações ON, no valor de R$1 real cada. Em dezembro de 2022 a Total Express Holding LLC, exerceu aumento de capital na Companhia, vide movimento abaixo:

Total Express Holding LLC	2022	2021
Quotas	29.074	5.580
% Participação	100,00%	100,00%

21.2. Reservas de capital: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 2022 o saldo de reserva legal é R$ 2.918. **21.3. Proposta de distribuição de dividendos adicionais:** Os dividendos adicionais propostos somam R$ 46.115 estão sujeitos à aprovação na Assembleia Geral Anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro. **21.4. Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas pela Companhia.

	2022	2021
Lucro atribuível aos Acionistas da Companhia	74.547	81.403
Total de ações da Companhia	29.074	5.580
Lucro por ação	2,5640	14,58835

A Companhia não tem ações potenciais diluídas (por exemplo: dívida conversível ou opções de compra de ações), portanto o prejuízo por ação diluído é o mesmo que o prejuízo por ação básico.

22. Receita operacional líquida: A receita líquida é composta como segue:

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Vendas brutas de serviços	1.796.261	1.218.104
Impostos sobre vendas	(319.828)	(238.616)
Receita líquida	1.476.433	979.488

23. Despesas por natureza: O detalhamento das despesas por natureza é apresentado a seguir:

Consolidado 2022

	Custo dos serviços prestados	Vendas	Administrativas	Total
Depreciação	(4.200)	–	(8.422)	(12.622)
Amortização	(24.546)	–	(3.712)	(28.258)
Remuneração	(200.971)	(22.422)	(73.065)	(296.458)
Operação e logística (i)	(978.993)	(1.751)	(39.230)	(1.019.974)
Vendas:	–	(7.674)	–	(7.674)
Outros	(526)	(231)	(12.579)	(13.336)
	(1.209.236)	(32.078)	(137.008)	(1.378.322)

Controladora 2021

	Custo dos serviços prestados	Vendas	Administrativas	Total
Depreciação	(18.203)	(8)	(2.996)	(21.207)
Amortização	(168)	(154)	(1.080)	(1.402)
Remuneração	(113.472)	(19.840)	(19.704)	(153.016)
Operação e logística (i)	(667.732)	(12.017)	(25.055)	(704.804)
Vendas:	(139)	(4.863)	(1.158)	(6.160)
Outros	(6.879)	(1.324)	(9.368)	(17.571)
	(806.593)	(38.206)	(59.361)	(904.160)

(i) Operações e logística são os gastos com contratação de serviço de frete terceiro, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transportes, pallets, caixas e demais insumos utilizados na administração dos centros de distribuição.

24. Outras receitas (despesas), líquidas:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Crédito presumido de ICMS (i)	27.287	37.319	27.287
Resultado líquido na venda de imobilizado	548	493	548
Multas fiscais e contratuais	–	(523)	–
Doações	–	(954)	–
Despesa com *warrants*	(165)	(165)	(165)
Outros (ii)	575	3.375	2.710
	28.245	39.545	30.380

(i) Valor do ganho relativo ao benefício fiscal registrado no resultado do exercício, conforme citado na nota 20.2. (ii) No consolidado foi reconhecido R$2.135 referente a receita de operações anteriores a compra pela Total Express.

25. Resultado financeiro:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Receitas:			
Rendimentos de aplicações financeiras	5.137	2.253	5.429
Juros sobre mútuos	–	8	–
Atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais	2	69	2
Juros e descontos obtidos com clientes	1.502	6.212	1.502
Variação cambial ativa	12	577	12
	6.653	9.119	6.945
Despesas:			
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	(15.061)	(3.686)	(15.061)
Juros sobre arrendamentos - CPC 06 (ii)	(13.074)	(6.086)	(13.074)
Juros sobre empréstimos de mútuos	(876)	(2.164)	(876)
Juros e multas sobre tributos	(2.905)	(3.931)	(2.910)
Juros operação risco sacado	(1.924)	–	(1.007)
Desconto concedido e juros de outros passivos	(1.271)	(1.925)	(1.271)
Atualização monetária passiva (iii)	(4.132)	(47)	(4.132)
Despesas bancárias	(2.395)	(1.377)	(2.419)
Outras despesas financeiras	(278)	–	(1.210)
Variação cambial passiva	(19)	(7)	(19)
	(41.935)	(19.223)	(41.979)
Resultado financeiro, líquido	(35.282)	(10.104)	(35.034)

(i) Aumento decorrente da nova captação conforme nota 15. (ii) Aumento decorrente da inserção de novas filiais e revisão de taxas. (iii) Aumento decorrente das atualizações de parcelamentos federais e estaduais. **26. Despesas de imposto de renda e contribuição social: 26.1. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro, está assim apresentada:**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	92.098	104.769	90.900
Alíquotas nominais de imposto	34%	34%	34%
Encargos de imposto de renda e da contribuição social	(31.289)	(35.621)	(31.421)
Subvenção para investimentos	9.278	12.689	9.278
Diferenças permanentes	(1.369)	(1.309)	(1.369)
Benefício Fiscal	667	823	667
Ressarcimento (i)	3.568	–	3.568
Outros	1.594	52	1.641
Total do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos	(17.551)	(23.366)	(17.636)
Taxa efetiva	19,1%	22,3%	19,4%

(i) O ressarcimento é referente a benefícios fiscais decorrentes da Lei do bem, onde foram desenvolvidos projetos de tecnologia voltado para elevação da produtividade e eficácia operacional da Companhia, por meio da automatização de processos, escalabilidade e robustez. **27. Transações com partes relacionadas: 27.1. As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão sumariados a seguir:**

	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante
Partes relacionadas	Contas a Receber (a)	Contas a Pagar (b)	Saldo de partes Relacionadas (c)	Saldo de partes Relacionadas (c)
Abril Comunicações S.A.	344	25	–	–
Treelog S.A. - Logística e Distribuição	54	–	–	–
Anívia Serviços Aéreos	80	–	–	–
	478	25	–	–

2021

Partes relacionadas	Ativo Circulante: Contas a Receber (a)	Passivo Circulante: Contas a Pagar (b)	Passivo Circulante: Saldo de partes Relacionadas (c)	Passivo Não circulante: Saldo de partes Relacionadas (c)	Gastos, Líquidos (b)	Despesas financeiras, Líquidas (d)
Abril Comunicações S.A.	5.305	324	29.670	5.753	16.649	(2.164)
Treelog S.A. - Logística e Distribuição	389	41	–	–	2.192	8
	5.694	365	29.670	5.753	18.841	(2.156)

(a) Contas a receber de serviços de transporte prestados. (b) Saldo do rateio de despesas entre as empresas. (c) Durante o processo de reorganização societária citado na nota 1.2, a Companhia incorporou uma dívida com a Abril Comunicações, no montante de R$86.449, remunerada a uma taxa de 100% do CDI + 0,5% a.a. (d) Saldo dos Juros sobre empréstimos de mútuos, conforme nota 23. No ano de 2020 a Total Express Holding LLC celebrou acordo com a Amazon.com NV Investment Holdings LLC visando aumentar a parceria na Tex Courrier S.A. Em linha com esse acordo a companhia emitiu warrants de units registrados a seu valor justo. Como impacto a Companhia registrou um ativo no montante de R$1.650 em Fevereiro de 2020 correspondente ao custo de captação do contrato com posterior registro das amortização e amortização subsequentes, ao qual representa em dezembro de 2022 um saldo de R$1.017. Adicionalmente, o contrato prevê emissão de warrants baseada em condições e performance, que são contabilizadas no resultado. As principais premissas adotadas nesse cálculo podem ser assim apresentadas:

Premissas	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Preço spot do ativo (equity value na data-base)	4.707	5.060	7.481
Volatilidade do ativo	50,51%	51,65%	62,61%
Taxa de juros da economia a.a.	1,90%	9,15%	13,41%

27.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Salários e encargos	4.673	1.224
Bônus	631	926
	5.304	2.150

Os honorários da diretoria foram contabilizados como despesas com pessoal. Além desses, não foram pagos outros valores ou benefícios adicionais aos administradores. **27.3. Outras informações relevantes sobre partes relacionadas:** As transações de vendas e gastos com partes relacionadas referem-se a vendas de produtos e serviços, custos e repasses de gastos gerais e administrativos, com valores e prazos de acordo com condições pactuadas entre as partes. **28. Seguros:** A política da Companhia é a de manter cobertura de seguros por meio de apólice em montante considerado satisfatório pela Administração em face dos riscos que envolvem as operações da Companhia, as principais coberturas são as seguintes: Valores expressos em reais:

Natureza	Cobertura
Desaparecimento de Carga - transporte rodoviário	2.750.000
Desaparecimento de Carga - armazéns	6.000.000
Responsabilidade Civil - transporte rodoviário de Carga	2.750.000
Properties (Prédios e Conteúdos)	120.000.000
Frota - Resp. civil contra terceiros (danos materiais)	200.000
Frota - Resp. civil contra terceiros (danos corporais)	200.000
Frota - Resp. civil contra terceiros (danos morais)	5.000
Responsabilidade Civil - RCG	3.000.000
Vida em grupo (funcionários)	Mín. 30.000 Máx. 1.320.000

29. Evento Subsequente: Em 13 de janeiro de 2023, a Tex Courier S.A. concluiu a primeira emissão de CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários), no montante de R$90 milhões, vencimento em novembro de 2028 e custo de CDI + 4%. Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em julgamento dos Recursos Extraordinários (RE) 949.297 e 955.227, com repercussão geral reconhecida através dos Temas 881 e 885 respectivamente, decidiu pela prevalência da decisão do STF com eficácia geral sobre decisões individuais transitadas em julgado que versem sobre tributos recolhidos de forma continuada. A Companhia não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 decorrente da referida decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária.

Diretoria

Felipe Alves Lima - Diretor Presidente

Fábio Soares de Miranda Carvalho - Diretor

Contador

Alex Vicente da Silva - CRC: 1SP208792/O-6

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Nos termos da Instrução CVM nº 80/2022, os diretores da Tex Courier S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

Nos termos da Instrução CVM nº 80/2022, os diretores da Tex Courier S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 11 de maio de 2023; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas da **Tex Courier S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tex Courier S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tex Courier S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela au

★ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tex Courier S.A.

demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e/ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de Maio de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP034519/O
Murilo Morgante
Contador CRC-SP280120/O

Rio de Janeiro

OUTONO: Sol com muitas nuvens, com chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 25º 19º 85% 06:15 17:22

DIA DAS MÃES

Agentes do Procon orientam e fiscalizam 137 fornecedores

Com foco no Dia das Mães, o Procon-RJ fez uma ação de orientação e fiscalização em comércios do Centro, zonas Norte, Sul e Oeste do Rio; Baixada Fluminense e nos municípios de Niterói e São Gonçalo, na Região Metropolitana. Além do comércio eletrônico, durante a ação, 137 fornecedores foram visitados e constatadas irregularidades em 101 lojas. No entanto, elas se adequaram de imediato depois da intervenção dos fiscais. Em relação aos sites, quatro apresentaram alterações e foram notificados para que, no prazo de 48h, realizem a adequação. Caso contrário, um processo administrativo será aberto para análise dos fatos, e a empresa poderá ser multada.

Em 105 lojas de shoppings, de rua e nos principais sites visitados não foram encontradas irregularidades. De acordo com o presidente do Procon-RJ, Cássio Coelho, o objetivo da operação foi buscar adequar de imediato os problemas encontrados para garantir um Dia das Mães sem transtornos na hora das compras.

As principais infrações apontadas foram ausência de preços nos produtos expostos à venda, tamanho da fonte do valor da parcela maior que a fonte do preço à vista, publicidade enganosa nos sites, atraindo o consumidor com a publicidade apontando apenas o valor promocional, induzindo consumidor em erro. Além disso, foi constatado ausência de cartaz com telefone e endereço do Procon-RJ e cartaz do Livro de Reclamações.

"Lançamos uma cartilha com as principais dicas para compras em lojas físicas e virtuais, além dos cuidados a serem tomados e possíveis dúvidas quanto às filas e couvert de restaurantes. Mas, ainda assim, achamos importante estarmos presentes nas ruas, de forma a orientar os lojistas, buscando adequação imediata, garantindo o sucesso desta data tão importante, tanto para os fornecedores, quanto para os consumidores", explica Coelho.

Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro SinepeRio

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos dos Estatutos do SINEPE RIO e legislação pertinente, ficam os associados deste Sindicato convocados para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, na próxima terça-feira, dia 16 de maio de 2023, no auditório do Sinepe Rio – Rua da Assembleia, 77, 22º andar – Centro. A primeira convocação será às 11h30 e a segunda, caso necessário e nos termos estatutários, às 12h, com o objetivo de cumprir a seguinte ordem do dia: **A)** Deliberação e aprovação da Convenção Coletiva dos Auxiliares de Administração Escolar 2023/2024; **B)** Deliberação e aprovação da Contribuição Assistencial; **C)** Assuntos gerais.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2023.
Pedro Paulo de Bragança
Presidente
Escola Particular: liberdade e democracia começam aqui.
Escola forte tem sindicato forte.

IBV Brasil Petróleo Limitada
CNPJ nº 07.766.332/0001-20 - NIRE 33.2.0763155-4
Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam convocados os sócios da **IBV Brasil Petróleo Limitada** ("Sociedade") para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em primeira convocação, em 19 de maio de 2023, às 10 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Reunião"). Os detalhes para acesso à Reunião serão oportunamente disponibilizados aos sócios da Sociedade. A Reunião deliberará sobre a aprovação do aumento de capital da Sociedade no valor de R$ 229.842.946,00 (duzentos e vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e seis reais), com emissão de 229.842.946 (duzentos e vinte e nove milhões, oitocentas e quarenta e duas mil, novecentas e quarenta e seis) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. Referido aumento de capital é necessário principalmente para as operações da Sociedade. Para participar e votar na Reunião, os representantes dos sócios deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos sócios de acordo com a lei brasileira, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis. Este edital é publicado e, nos termos da Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social da Sociedade, enviado aos sócios da Sociedade por e-mail. Cópias de documentos e informações relacionadas à matéria a ser deliberada na Reunião encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade. Rio de Janeiro, 11 de maio de 2023. **Renata Lima de Oliveira** - Diretora Geral

CBM PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 34.157.391/0001-74 - NIRE 33.3.0034652-0
EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 30/03/2023

Realizada em 30/03/23, às 11h, de forma remota e digital através da plataforma eletrônica de reuniões "*Microsoft Teams*". **Convocação e Presença:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Sr. Heverton Pessoa de Melo Peixoto, Secretário: Sr. Daniel Barreto Gelbecke. **Deliberações:** Por unanimidade de votos foram tomadas as seguintes deliberações: Consignar o recebimento, nesta data, da renúncia dos Srs. **Rodrigo Motroni de Almeida** e **Norberto Raul Caputo** aos cargos de Diretor Financeiro e Diretor de Infraestrutura Organizacional e *Compliance*, respectivamente, ficando os referidos cargos momentaneamente vagos. Eleger, para os cargos vagos da Diretoria da Companhia, os seguintes Diretores: (i) **Jonathan Teixeira Clemente,** RG nº 11.709.533-1, IFP-RJ, e CPF nº 113.701.367-22, para ocupar o cargo de Diretor Financeiro; (ii) **Daniel Barreto Gelbecke**, RG nº 6.628.273-2, SSP-PR, CPF nº 034.520.169-86, para ocupar o cargo de Diretor Jurídico e de *Compliance*; (iii) **Karla Leite Fonseca**, RG nº 19936506, SSP-SP, CPF nº 100.939.108-94, para ocupar o cargo de Diretora sem designação específica; e (iv) **Regina Celia Cunha Dell´Aera**, RG nº 07018298-5, IFP, CPF nº 005.529.747-14, para ocupar o cargo de Diretora sem designação específica, todos com mandato unificado até 15/12/2025. Em razão das deliberações acima, consignar que a atual composição da Diretoria será a seguinte: i. **Diretor-Presidente**: Sr. Carlos Alberto Caputo; ii. **Diretor Financeiro:** Sr. Jonathan Teixeira Clemente; iii. **Diretor Jurídico e de *Compliance***: Sr. Daniel Barreto Gelbecke; iv. **Diretora sem designação específica**: Sra. Karla Leite Fonseca; e v. **Diretora sem designação específica**: Sra. Regina Celia Cunha Dell´Aera. RJ, 30/03/2023. Mesa: **Heverton Pessoa de Melo Peixoto; Daniel Barreto Gelbecke. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** NIRE: 333.0034652-0, Protocolo: 00-2023/350046-4, Data do protocolo: 04/05/2023. Certifico o arquivamento em 10/05/2023 sob o número 00005465131 - Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

VAZAMENTO

PF cumpre mandado de busca e apreensão em Angra 1

A Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na Usina Nuclear de Angra 1 na manhã desta quinta-feiraem Angra dos Reis, Rio de Janeiro. A ação da PF faz parte das investigações que apuram o vazamento de água contaminada com resíduos nucleares, em setembro de 2022.

À época, o vazamento de material radioativo no mar da baía de Itaorna, em Angra dos Reis, só foi comunicado pela Eletronuclear ao Ibama e à Comissão Nacional de Energia Nuclear 21 dias após o ocorrido.

A Delegacia de Polícia Federal de Angra dos Reis abriu dois inquéritos que buscam esclarecer supostas condutas omissivas na comunicação dos eventos, bem como crimes ambientais.

A Eletronuclear confirmou que recebeu os agentes da PF nesta quinta-feira e que vem fornecendo informações e os detalhes sobre o vazamento aos investigadores. Em nota, a companhia garantiu a resolução das causas do vazamento.

"A empresa reitera que o incidente foi encerrado e não existem áreas impróprias nem risco de agravamento da situação. Além disso, o evento não ocasionou nenhum tipo de prejuízo às pessoas ou ao meio ambiente, conclusão referendada pelos próprios órgãos licenciadores (Ibama e Cnen)", diz o comunicado.

Na ocasião, a empresa afirmou que o material representava "um pequeno volume de água contendo substâncias de baixo teor de radioatividade". Também disse que a quantidade estava "abaixo dos limites da legislação que caracterizam a ocorrência de um acidente" e, por isso, "tratou o evento como incidente operacional e informou o assunto nos relatórios regulares previstos".

Em março deste ano, a companhia teve de realizar uma avaliação completa dos danos causados pelo acidente, após determinação da Justiça Federal.

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro entrou com uma ação civil pública em que questiona a postura da empresa e aponta tentativa de a Eletronuclear esconder o vazamento.

CORONAVÍRUS

Fiocruz inaugura Centro de Covid Longa em Manguinhos

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz) e a diretoria executiva da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) inauguraram nesta quinta-feira o Centro de Covid Longa, em Manguinhos, na zona norte do Rio de Janeiro.

A ação, que integra o programa Unidos Contra a Covid-19, permitiu equipar o INI/Fiocruz com a infraestrutura necessária para que o Centro de Covid Longa seja um espaço de pesquisa multidisciplinar, bem como um centro de tratamento e reabilitação de pessoas com sequelas da Covid-19, proporcionando melhor qualidade de vida aos pacientes.

No Centro de Covid Longa é desenvolvido o projeto Recover Pós-Covid: monitoramento, avaliação multidisciplinar e reabilitação de indivíduos com afecções pós-Covid-19 no Rio. E, também, o Recover-Pós-Covid Sistema Único de Saúde (SUS) Brasil, uma colaboração entre pesquisadores do INI, do Instituto Oswaldo Cruz e da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz).

VÍRUS AINDA CIRCULA

"O vírus continua circulando e temos que não apenas fortalecer a capacidade de resposta do país a novas ameaças da Covid-19 na saúde pública, seja na imunização, vigilância, pesquisa ou assistência, mas também lidar com as enormes sequelas deixadas pela doença na população", disse, em nota, o presidente da Fiocruz, Mario Moreira.

O projeto envolve avaliações nos eixos cardiovascular, respiratório, hematológico, imunológico, neurológico/fisioterápico, metabólico-nutricional, otorrinolaringológico e saúde mental/qualidade de vida e ainda estudará a carga de doença da covid longa.

Também pretende gerar evidência científica para subsidiar a formulação de políticas públicas para o enfrentamento do impacto da covid longa na população brasileira e ampliar o acesso aos serviços de de reabilitação no Sistema Único de Saúde (SUS).

ZONA NORTE

Estado conclui reforma de UPA pediátrica na Ilha

A reforma geral da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Ilha do Governador, única pediátrica da capital, foi concluída pelo Governo do Estado. As intervenções realizadas pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) melhoram o serviço prestado à população e aprimoram as condições de trabalho dos profissionais. A unidade passou por obras de infraestrutura, renovação de mobiliário e equipamentos, iniciadas em setembro de 2022. O atendimento não foi paralisado em nenhum momento.

"A UPA pediátrica da Ilha do Governador atende cerca de 300 crianças por dia, em período de alta demanda. Ou seja, são 300 pais e mães que recebem, diariamente, assistência médica de qualidade para seus filhos, perto de casa. Iniciamos a reforma de 24 Unidades de Pronto Atendimento e já concluímos 13, com um investimento de R$ 41 milhões. Investir em vidas sempre será a prioridade do nosso governo", relatou o governador Cláudio Castro.

As 13 unidades já reformadas são Ilha, Botafogo, Ricardo de Albuquerque, Realengo, Cabuçu, Bairro Botafogo, Campo Grande I, Campo Grande II, Jacarepaguá, São Pedro, Tijuca, Maré e Bangu.

"Pioneira na implantação das UPAs no Brasil, com a unidade Maré em 2007, a SES está fazendo a maior reforma nessas estruturas desde a criação do modelo, replicado em todo o país. Estamos investindo para oferecer um atendimento de saúde de qualidade, com o respeito que o cidadão do Estado do Rio merece", afirma Dr. Luizinho.

Desde que a UPA da Ilha do Governador, no sub-bairro do Cocotá, passou a ser exclusivamente pediátrica, facilitou a vida dos moradores que não contam com outra unidade de atendimento médico infantil na região, nem mesmo por meio da rede privada.

"Esse espaço apenas pediátrico me ajudou muito. Antes, com o serviço misto, era mais demorado o atendimento. O plano de saúde não tem cobertura na Ilha. Os hospitais conveniados são longe, no Centro da cidade. Essa UPA pediátrica facilitou a minha vida", contou Elisa Nascimento, moradora da Ilha do Governador, que acompanhou seu filho durante uma breve internação.

A unidade recebeu reparos no telhado, reforço e revitalização da estrutura metálica, tratamento de solo, além de troca de painéis, reforma de torre de água, paisagismo, troca de mobiliário e novos equipamentos. Foram adquiridas cadeiras "mamãe e bebê", macas, cadeira de rodas, além de respirador Oxymag, Oxylog, computadores, aparelhos de ar-condicionados, ventiladores mecânicos, bombas infusoras e monitores de sinais vitais.

Nesta época de alta demanda de atendimento por causa do aumento de doenças graves respiratórias, como a bronquiolite, um novo pediatra diurno foi contratado; agora são cinco, agilizando as consultas.

"É um orgulho termos, na Ilha do Governador, uma UPA que é referência no atendimento das nossas crianças. Aqui recebemos crianças de zero a 17 anos, não apenas da Ilha do Governador, mas de toda a Zona Norte e capital. Tínhamos uma unidade precisando urgentemente de reformas estruturais, com salas fechadas, móveis e equipamentos deteriorados. Hoje ela está renovada", explicou a diretora da UPA, Carla Pereira.

A unidade conta com cinco consultórios efetivos, duas salas de classificação de risco, sala amarela e de curta permanência, isolamento, sala vermelha e de observação, raio x, farmácia e área de procedimentos.

ILHA

Roubo frustrado a banco tem 9 presos

Pelo menos nove pessoas foram presas após uma tentativa de roubo a uma agência da Caixa Econômica da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, na madrugada desta quinta-feira. Parte do grupo, de mais de 10 pessoas, estava dentro da agência na região da Praia de Olaria quando a Polícia Civil chegou;

Uma bomba chegou a ser acionada pelos suspeitos no local e troca de tiros foi registrada, mas nenhuma quantia foi levada, segundo a Polícia Civil; Quatro suspeitos foram presos na agência e cinco após diligências, segundo a TV Globo. Dois feridos por tiros foram levados para hospitais e são escoltados pela PM; Um cerco foi realizado na Ilha do Governador em busca dos outros suspeitos envolvidos no crime.

A Estrada do Galeão, que dá acesso à Ilha do Governador, ficou com trânsito intenso nos dois sentidos por causa do cerco policial. A movimentação foi normalizada por volta das 10h, segundo o Centro de Operações Rio. Um carro roubado foi recuperado durante o cerco, segundo a PM.

ATAQUES GOLPISTAS

Moraes manda soltar Torres, com restrições e tornozeleira

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), concedeu liberdade provisória para Anderson Torres, ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

Torres foi ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PL) e estava preso desde janeiro por suposta omissão nos ataques golpistas de 8 de janeiro.

A defesa de Torres insistia no pedido de liberdade sob a justificativa de piora do estado mental dele.

Apesar da soltura, Moraes determinou medidas cautelares para o ex-ministro. Ele terá que usar tornozeleira eletrônica e não poderá se ausentar do Distrito Federal ou sair à noite e nos finais de semana.

Torres, que é delegado da Polícia Federal, também foi afastado do cargo. Ele terá que entregar o seu passaporte, se apresentar toda semana à Vara de Execuções Penais do Distrito Federal e teve o porte de arma de fogo suspenso.

De acordo com Moraes, "a manutenção da prisão não mais se revela adequada e proporcional, podendo ser eficazmente substituída por medidas alternativas".

"No presente momento da investigação criminal, as razões para a manutenção da medida cautelar extrema em relação a Anderson Gustavo Torres cessaram, pois a necessária compatibilização entre a Justiça Penal e o direito de liberdade demonstra que a eficácia da prisão preventiva já alcançou sua finalidade, com a efetiva realização de novas diligências policiais, que encontravam-se pendentes", afirmou Moraes.

Na operação da qual Torres foi alvo, em janeiro, a PF encontrou na residência dele uma minuta de decreto para Bolsonaro instaurar estado de defesa na sede do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) no final do ano passado.

O objetivo seria reverter o resultado da eleição, em que Lula (PT) saiu vencedor. Tal medida seria inconstitucional.

O documento de três páginas, feito em computador, foi encontrado no armário do ex-ministro durante busca e apreensão.

Em depoimentos, Torres chamou a minuta golpista de descartável e "sem viabilidade jurídica". "Essa pseudo-minuta, para mim, era um lixo", disse.

O ex-ministro declarou que a sua assessoria era responsável por deixar as pastas para que ele analisasse em sua mesa e, muitas vezes, levava para casa para dar conta do trabalho. Esse teria sido o caso da minuta, mas ele disse que não soube quem a deixou na mesa dele.

O ex-ministro é suspeito de utilizar a PRF (Polícia Rodoviária Federal) em bloqueios no segundo turno da eleição presidencial, em outubro de 2022, para dificultar a chegada de eleitores de Lula aos locais de votação.

Em 20 de abril, Moraes havia decidido manter a prisão de Torres porque considerava que o quadro probatório contra ele não havia sido alterado e que não existiam razões jurídicas para sua revogação ou substituição por medidas cautelares diversas.

Segundo o ministro, permaneciam presentes os requisitos para a manutenção da prisão.

Ele citou depoimentos de testemunhas e apreensão de documentos apontando "fortes indícios da participação do requerente (Torres) na elaboração de uma suposta 'minuta golpista' e em uma 'operação golpista' da Polícia Rodoviária Federal para tentar subverter a legítima participação popular no 2º turno das eleições presidenciais de 2022".

No último dia 8, em depoimento à Polícia Federal, Torres negou interferência em planejamentos da PRF durante as eleições de 2022 e afirmou que sua única preocupação à época era o combate a crimes eleitorais, independentemente do candidato ou partido.

A suspeita é de que Torres teria pedido à PF que atuasse com a Polícia Rodoviária Federal para realizar blitze em locais em que Lula havia recebido mais votos do que Bolsonaro no primeiro turno.

Nesse sentido, uma das linhas de defesa de Torres no depoimento foi ressaltar que a ideia de uma viagem à Bahia antes do segundo turno não partiu do então ministro.

TERROR EM BRASÍLIA

PF apreende armas e dinheiro em ação contra suspeitos de financiar 8/1

A PF (Polícia Federal) realizou ontem a 11ª fase da Operação Lesa Pátria para identificar pessoas que financiaram e fomentaram os ataques golpistas de 8 de janeiro.

Para a ação, autorizada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), os policiais contaram com 22 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Estão entre os alvos da operação estão produtores rurais e empresários suspeitos de financiar as invasões e depredações dos prédios do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo.

Os policiais apreenderam oito veículos, 22 armas, celulares e passaportes, além de R$ 48.850 e US$ 140 mil (cerca de R$ 700 mil).

Em Mato Grosso do Sul, um arsenal foi encontrado com o empresário Adoilto Fernandes Coronel, proprietário de uma empresa de materiais de construção. Não foi informado o número de armas apreendidas, mas, segundo a PF, estão regularizadas.

Outro alvo da operação, Peter Greidanus foi preso em flagrante no Paraná sob suspeita de posse irregular de arma de fogo.

No interior de São Paulo, a residência do empresário Geraldo Cesar Killer foi alvo de busca, e a PF apreendeu o dinheiro em espécie. Ele aparece como doador de R$ 10 mil para a campanha de Jair Bolsonaro (PL) e também fez outra doação do mesmo valor para o senador Marcos Pontes, ex-ministro de Ciência e Tecnologia.

A operação da PF tem origem nas quatro frentes de investigação abertas após os atos de 8 de janeiro.

Uma delas mira os possíveis autores intelectuais, e é essa frente que pode alcançar Bolsonaro. Outra tem como objetivo mapear os financiadores e responsáveis pela logística do acampamento e transporte de bolsonaristas para Brasília.

O terceiro foco da investigação PF são os vândalos. Os investigadores querem identificar e individualizar a conduta de cada um dos envolvidos na depredação dos prédios históricos da capital federal.

A quarta linha de apuração avança sobre autoridades omissas durante o 8 de janeiro e que facilitaram a atuação dos golpistas.

Essas investigações deram origem as 11 fases ostensivas da Lesa Pátria até o momento.

ESCAZÚ

Lula envia acordo de democracia ambiental ao Congresso Nacional

O presidente Lula encaminhou ao Congresso ontem o Acordo de Escazú sobre democracia ambiental. Assinado pelo Brasil e outros 23 países latino-americanos em 2018, o texto precisa ser ratificado pelo Congresso para que se torne lei nacional.

A Folha de S.Paulo havia antecipado em abril que o texto estava na Casa Civil, pronto para ser encaminhado ao Congresso.

A expectativa do Ministério do Meio Ambiente era que o envio ao parlamento acontecesse durante a COP2 do Acordo de Escazú, há três semanas. A ministra Marina Silva representou o país na conferência ainda na condição de observadora.

Segundo funcionários do governo e interlocutores, o atraso no despacho teria acontecido devido a uma lentidão burocrática da Casa Civil. A assinatura do presidente foi publicada junto a outros 18 despachos.

O encaminhamento do texto à Casa Civil foi feito pelo Itamaraty após reunir a anuência de oito ministérios ligados ao tema. A pasta da Agricultura foi a última a concordar com a matéria e estaria sob pressão de entidades do agronegócio contrárias a compromissos do tratado, como o estabelecimento da obrigação de informar a população sobre riscos ambientais.

Embora a pressão do agronegócio seja esperada na tramitação do projeto no Congresso, ONGs contam com a base do governo para mobilizar a aprovação do Acordo.

O acordo regional estabelece avanços comuns sobre três bases: acesso à informação, participação pública e acesso à Justiça em assuntos ambientais. O acordo é pioneiro em prever mecanismos específicos de proteção a defensores ambientais, justamente em uma região que lidera o ranking de assassinatos de ativistas e defensores ambientais.

No último ano, o Brasil ficou no topo do ranking dos países que mais matam defensores ambientais, de acordo com a Global Witness, seguido pela Colômbia. Entre os 10 países do topo do ranking, 7 são da América Latina.

AEROPORTOS

Dino questionará norma da Anac sobre inspeção

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou ontem que vai fazer um questionamento formal sobre uma norma da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que regula a inspeção e fiscalização de passageiros dentro de aeroportos. A declaração ocorre após o deputado estadual Renato Freitas (PT-PR), que é negro, ter sofrido uma abordagem policial atípica já dentro do avião, em Foz do Iguaçu (PR), após embarcar para um voo com destino a Londrina.

Um vídeo gravado no dia 3 de maio e publicado na última quarta-feira nas redes sociais do próprio parlamentar mostra Freitas saindo da aeronave e, em seguida, sendo inspecionado junto com sua bagagem de bordo. No vídeo, um dos agentes da Polícia Federal alega que o procedimento é aleatório e definido pelo sistema. O episódio gerou grande repercussão nas redes sociais, com acusações de racismo, reafirmadas pelo próprio parlamentar na gravação.

"A primeira manifestação do aeroporto de Foz do Iguaçu foi no sentido que essa fiscalização é feita em duas fases. Tem a fase do portal, você passa pelo raio-X (e pode ser fiscalizado). E há uma resolução da Anac que determina uma fiscalização complementar em algumas pessoas. Eu mesmo, acho que em novembro ou dezembro, tive essa fiscalização complementar, que foi uma resolução nova da Anac", explicou Dino em uma entrevista ao site de notícias UOL.

"Eu vou indagar ao ministro Márcio (França, de Portos e Aeroportos), formalmente, inclusive, para ver se ele acha que essa resolução deve ser mantida, qual a razão dessa resolução", acrescentou Dino, que considerou atípica a abordagem policial dentro do avião.

MULHER EXPULSA

Em outro caso recente, a pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Samantha Vitena, uma mulher negra, foi retirada de um avião da Gol, em Salvador, durante uma discussão a respeito do despacho de uma mala. O caso ocorreu no fim de abril.

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Matrimônio e família

Estamos no ano vocacional. Uma das vocações contemplada é a do matrimônio, para formar famílias cristãs. É bom recordar a beleza dessa vocação no segundo domingo de maio quando comemoramos o Dia das Mães. A crise da maternidade e da família acontece hoje de diversas maneiras. Cabe a nós valorizarmos a beleza dessa vocação e a alegria da família feliz no Senhor. Porém, supõe-se, segundo o Papa Francisco, um catecumenato matrimonial para ajudar nesse discernimento. De fato, nos dias de hoje, é preciso pensar bem antes de contrair união com uma outra pessoa, é preciso um tempo de namoro e ambos se conhecerem bem.

É preciso superar o medo, pois ao abraçar o matrimônio e a maternidade, a mulher cumpre um mandato divino que podemos observar no livro de Genesis: *"Então, o Senhor Deus mandou ao homem um profundo sono; e enquanto ele dormia, tomou-lhe uma costela e fechou com carne o seu lugar. E da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher, e levou-a para junto do homem. "Eis agora aqui – disse o homem – o osso de meus ossos e a carne de minha carne; ela se chamará mulher, porque foi tomada do homem" (Gn 2, 21-23).*

A maternidade é abençoada por Deus; é bonito ver em nossas paróquias as famílias presentes nas missas e atuando nas pastorais. Em um tempo não muito distante, as famílias eram numerosas, os pais tinham quatro, cinco ou até mais filhos, e hoje, apesar da propaganda em contrário começamos a ver casais com mais filhos. É claro que os tempos hoje mudaram, os preços das coisas tiveram aumentos consideráveis, mas que ao casarem-se as mulheres, junto com os seus cônjuges, conversem e não tenham medo de abrirem-se à maternidade, com muitos filhos.

Uma das coisas mais gratificantes para uma mulher é ouvir o filho ou filha a chamar de mãe. Estamos nos aproximando do Dia das Mães, uma data muito especial para as mulheres, sobretudo, aquelas que são mães. Nossa Senhora abriu-se à vontade divina e gerou Jesus. Mais do que ganhar o presente material no Dia das Mães, o maior presente para uma mãe é a presença física de seus filhos.

Aqui vai uma palavra de encorajamento a todas as mulheres, para que não tenham medo de serem mães e nem de abraçar ao matrimônio. É claro, recomendo que conheçam bem o cônjuge que vai escolher para dividir a vida com ele, pois o matrimônio é algo para a vida toda, uma vez escolhido, deve ir até o fim. Para tomar a decisão pelo matrimônio, como qualquer outra decisão de nossa vida, requer maturidade e sabedoria, pois é um passo muito importante que se dá na vida.

Que todos possam inspirar-se no exemplo da Sagrada Família de Nazaré, exemplo de família para todos nós. Não eram somente flores, tinham os problemas e dificuldades como toda família. Só o fato de Maria ter que conceber Jesus fora de casa, num estábulo e depois a fuga para o Egito e, por fim, ter que morar em Nazaré, na Galileia. É claro que tudo isso era para cumprir-se a vontade divina, mas o caminho para a Sagrada Família não foi fácil. Por isso, as famílias devem confiar em Deus e tocar em frente e, juntos, superar todas as dificuldades. Não tenham medo, mulheres, de dividirem as suas vidas a dois e educarem os filhos para Deus.

O coração se enche de alegria quando celebramos as bodas de casamento entre o esposo e a esposa. Infelizmente, diante da sociedade que vivemos, é gratificante e muitas vezes até surpreendente celebrar 25, 30 ou até 50 anos de união matrimonial. O segredo para uma vida matrimonial longa é ter, sobretudo, paciência um com o outro, amor e reciprocidade. Os momentos de dificuldade virão, mas com sabedoria e maturidade conseguirão juntos superar tudo. Do mesmo modo é qualquer outra decisão que temos que tomar em nossas vidas.

Com certeza, o medo de ser mãe vai passar no primeiro contato que a mãe vai ter com o seu filho, logo após concebê-lo. Ao ver o seu filho pela primeira vez, o coração da mãe irá se encher de alegria e, depois, com o passar do tempo, acompanhando todos os passos do filho. Ao ver o primeiro sorriso, o primeiro dente, o engatinhar, o andar, o desenvolvimento na escola e, depois, os passos da vida adulta.

Ser mãe é um presente de Deus, um dom, uma dádiva, que o Senhor concede às mulheres. Como toda vocação, a maternidade é um chamado que Deus faz e a mulher responde o "sim". Ser mãe é dar o melhor sempre para ganhar o sorriso do filho, tirar do filho um muito obrigado, um "eu te amo", ou ganhar um abraço apertado. De todas as riquezas que Deus colocou no caminho da mulher, a maior delas é ser mãe. Não há tesouro maior para a mãe do que o seu filho. Mesmo as que se consagraram vivem a beleza da maternidade espiritual e as que não conseguem ter filhos podem adotar e ter filhos nascidos "no coração" e fazer a diferença para essas crianças.

Apesar do medo que possa ter em abraçar o matrimônio e uma vida nova a dois que estará a caminho, esse medo deve ser passageiro, pois a partir do casamento, os dois serão uma só carne. O matrimônio e a maternidade andam lado a lado, um depende do outro, e a nossa sociedade precisa de pessoas dispostas ao matrimônio e que gerem filhos para Deus, para que a geração familiar possa ter continuidade.

Que a Sagrada Família de Nazaré interceda por todas as mulheres e por todas as famílias e que as mulheres estejam dispostas a dizer o seu "sim" ao matrimônio e a maternidade.

Nossa Senhora do Parto, rogai por nós!

Sagrada Família, rogai por nós!

OUTONO: Nublado com aberturas de sol, pode garoar de manhã e à noite. Manhã Tarde Noite 21º 15º 45% 06:32 17:35

NOMES DE TARCÍSIO

Indicado para gerir questão quilombola admite inexperiência

GOVERNO DE SÃO PAULO

Dezenas de quilombos no estado de São Paulo estão sob os olhares de Guilherme Piai, diretor-executivo do Itesp (Instituto de Terras de São Paulo), cuja experiência no assunto é nenhuma, segundo ele. Afirma estar, porém, rodeado de profissionais capacitados.

"Um bom gestor se cerca de pessoas melhores", diz o diretor.

Piai foi indicado ao cargo pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) (**foto**), no final de janeiro, e assumiu em meados de fevereiro para um mandato de dois anos.

"(Experiência prévia) com comunidades quilombolas não (tenho), mas na parte rural e administrativa, sim", afirma Piai. Ele diz acreditar que seu trabalho como produtor rural e gestor o credencia para estar à frente do instituto que cuida da regularização fundiária em São Paulo.

O diretor foi cabo eleitoral de Tarcísio e do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na campanha de 2022. Atuou principalmente no interior de São Paulo, com destaque à região do Pontal do Paranapanema, no oeste paulista, onde fica sua cidade natal, Presidente Prudente. Tentou se eleger deputado federal pelo Republicanos, mas garantiu apenas a suplência.

A nomeação de Piai para o Itesp preocupa os dirigentes estaduais do Conaq (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos), segundo Rodrigo Marinho, da coordenação de São Paulo. O perfil do novo diretor e do governador fazem com que os povos ligados ao órgão se questionem se a titulação quilombola será prioritária.

A falta de recursos e de técnicos, segundo Marinho, também gera dúvidas.

"As comunidades ainda entendem que (o processo de regularização fundiária) poderia estar muito mais avançado", diz. "A nossa preocupação é saber se vão dar continuidade no processo de regularização fundiária dessas comunidades."

O grupo está mais otimista com a atuação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), do governo federal, do que com o instituto paulista.

A prioridade do Itesp, de acordo com Piai, é a regularização fundiária, com foco nos pequenos produtores e quilombolas. Entre as atribuições do instituto estão a assistência a mais de 7.000 famílias assentadas e cerca de 1.400 famílias quilombolas, além de mediação de conflitos e titulação de terras, entre outras.

Segundo o Itesp, há cerca de 62 comunidades apontadas como remanescentes de quilombos em São Paulo, dentre elas 36 reconhecidas pelo instituto e 9 tituladas desde que o primeiro processo foi concluído, em 2001.

O diretor afirma que a expectativa é entregar todos os títulos pendentes aos assentados nos próximos três anos, período que extrapola seu tempo de mandato. Em relação aos quilombolas, diz que a prioridade é titular, inserir as áreas em rotas turísticas e construir moradias.

Piai também diz querer ir na contramão de Bolsonaro, presidente que entre os eleitos menos titulou terras quilombolas desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), segundo dados do Incra.

Em seu mandato, Bolsonaro não priorizou temas relacionados a questões étnicas e raciais, travando a demarcação de terras indígenas e desacelerando o reconhecimento de quilombolas, com a promessa de não demarcar "nem um centímetro a mais" para as comunidades, além de menosprezar políticas de equidade racial.

Em uma palestra no Rio de Janeiro, em 2017, o então pré-candidato à presidência citou uma visita a um quilombo e disse que um membro da comunidade não serviria "nem para procriador". "Eu fui num quilombo, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas, não fazem nada", disse, na ocasião.

Piai diz condenar a declaração, mas afirma que, apesar da "fala infeliz", segue admirando o ex-presidente.

Em 2020, Guilherme Piai disputou a Prefeitura de Presidente Prudente pelo PSL, porém não foi eleito. Ele já havia concorrido antes a outros cargos eletivos, em 2018 como deputado estadual pelo PR e em 2008 como vereador de sua cidade pelo PTB, e nas duas ocasiões terminou como suplente.

Antes de assumir o Itesp, o diretor participou do governo de transição de Tarcísio no grupo técnico de agricultura e abastecimento.

Após o término das eleições, Piai publicou nas redes sociais uma foto em que segura uma espingarda em um ambiente semelhante a um clube de tiro, com hashtags ressaltando termos como legítima defesa, armas de fogo, liberdade, família e direita conservadora.

"Legítima defesa da família e do patrimônio: direito é somente aquilo que ninguém pode lhe tirar", escreveu.

Outras publicações em suas redes sociais criticam pautas como a criação de banheiros multigênero. Há, ainda, imagens das motociatas de Bolsonaro. "Esse negócio de ser 'isento' não é comigo. Defendo: igreja, valores familiares, propriedade privada e liberdade. Repudio: doutrinação em escola, pronome neutro e erotização infantil", escreveu em seu perfil no Twitter.

REFORMA AGRÁRIA

A necessidade de dialogar com movimentos sociais de reforma agrária como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) levantou dúvidas se as preferências políticas de Guilherme Piai poderiam prejudicar as reivindicações dos grupos. A nomeação fez com que o MST divulgasse uma nota de repúdio contra a "arbitrária indicação".

"Guilherme Piai, que tem interesses ligados ao setor do agronegócio na região do Pontal do Paranapanema, figura política de extrema-direita, é declaradamente contra a reforma agrária e um dos principais difamadores dos movimentos sociais de luta pela terra na região", diz a nota.

O texto também afirma que, dada a função política e social do instituto, sua direção deve ser ocupada por um gestor que conheça as condições reais das famílias sem terra e assentadas, "qualificações que não pertencem a Guilherme Piai".

Sobre as acusações, o gestor afirma que seu papel como candidato e cabo eleitoral é diferente de suas prerrogativas como administrador do Itesp.

Piai diz, contudo, que os movimentos sociais trazem insegurança jurídica e que a regularização fundiária é "a melhor forma de reforma agrária". Mas promete dialogar com os grupos enquanto estiver à frente do Itesp.

"A gente tem uma agenda também aberta ao diálogo para os movimentos sociais, desde que feita com respeito, com igualdade. A gente não quer ter um diálogo forçado, pressionado (com invasão de propriedade)", diz.

ESPANHA

Premiê pedirá a Biden ouça Brasil e China sobre guerra

Em visita aos EUA, o premiê da Espanha, Pedro Sánchez, deve pedir a Joe Biden que Brasil e China sejam considerados nas tomadas de decisões sobre a Guerra da Ucrânia. A informação foi dada por uma fonte diplomática espanhola, sob anonimato, à agência de notícias Reuters.

Brasil e China não fazem parte da Otan, a aliança militar ocidental. Washington e Madri são membros, o que, por convenção, significa que dividem a mesma opinião sobre a necessidade de armar e prestar apoio à Ucrânia contra a Rússia, a agressora.

No entanto, Sánchez visitou Pequim há dois meses e, há duas semanas, recebeu Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Palácio de Moncloa, sede do governo espanhol. Na ocasião, o líder socialista agradeceu ao presidente brasileiro por seu interesse em acabar com o conflito, mas ressaltou que havia "nuances" diferentes na proposta de paz defendida por cada um.

Na visita aos EUA, Sánchez se posiciona como intermediário devido a seus laços estreitos com países latino-americanos e a relações mais conciliatórias que tem com a China. Será a primeira reunião na Casa Branca entre o espanhol e o americano e ocorre pouco antes de Sánchez assumir a presidência rotativa do Conselho da União Europeia --que, juntamente com o Parlamento Europeu, é o principal órgão de decisão do bloco-- no segundo semestre deste ano.

Lula tem tentado se colocar como mediador entre as nações em guerra com a proposta de criação de um "clube da paz" que não teve avanços concretos. Algumas de suas declarações, no entanto, repercutiram mal na comunidade internacional e geraram dúvidas acerca da alegada neutralidade do Brasil.

No início do mês passado, por exemplo, em um café da manhã com jornalistas em Brasília, Lula sugeriu que talvez Kiev tivesse que ceder território para chegar a um acordo com Moscou ao afirmar que o presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, "não pode também ter tudo o que ele pensa que vai querer".

O presidente também disse, na ocasião, que o o presidente da Rússia, Vladimir Putin, "não pode ficar com terreno da Ucrânia", mas ao não condenar peremptoriamente Moscou pela invasão, ele desagradou lideranças e diplomatas dos países da Otan. As reações mais ruidosas vieram dos EUA, mas o petista também foi confrontado por opiniões divergentes de chefes de Estado e de governo, como Sánchez.

Tanto o espanhol quanto o brasileiro estiveram na China neste ano e conversaram com Xi Jinping. Quando voltava de Pequim, em meados de abril, Lula afirmou que "é preciso que os EUA parem de incentivar guerra e comecem a falar em paz" e cobrou da União Europeia "boa vontade, para a gente voltar a ter paz" na Ucrânia. Ambas as falas também foram vistas como uma inclinação aos lados russo e chinês.

Já Sánchez, em março, encorajou Xi a conversar com Zelenski e a conhecer a proposta de Kiev para pôr fim ao conflito. "É um plano que estabelece as bases para uma paz duradoura na Ucrânia e está perfeitamente alinhado com a carta da ONU e com seus princípios, que foram violados por Putin com a invasão", afirmou o espanhol.

Há três semanas, Xi efetivamente conversou por telefone por Zelenski. Disse que "a China sempre esteve do lado da paz" e que sua "postura central é facilitar as negociações". Xi afirmou ainda que seu país "não criou a crise na Ucrânia nem é parte dela". "Como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e grande país responsável, não ficaria de braços cruzados nem colocaria gasolina no fogo, muito menos exploraria a situação para ganhos próprios."

Em fevereiro, quando a guerra fez seu primeiro aniversário, a China divulgou seu próprio plano de paz para o conflito no Leste Europeu. Dividida em 12 pontos, a propostas inclui, por exemplo, a oposição ao uso de armas nucleares, o fim das sanções impostas a Moscou, e a recusa do que Pequim chama de "mentalidade de Guerra Fria", isto é, a divisão do mundo em blocos.

Sánchez terá alcançado um feito e tanto se conseguir viabilizar, de alguma maneira, o diálogo entre Biden e Xi, em especial no que diz respeito à Guerra da Ucrânia. Essa, contudo, não é a única pauta que o espanhol leva a Washington. O premiê vai esboçar à Casa Branca sua política para o mandato europeu, chamada "autonomia estratégica aberta", que quer reduzir as vulnerabilidades da Europa sem desviar para o protecionismo -- tema sobre o qual Biden e a UE já tiveram rusgas recentes.

Segundo a Reuters, a união busca fortalecer a indústria doméstica e garantir fontes confiáveis de matérias-primas e energia para encontrar maneiras de rivalizar com os subsídios verdes anunciados pelo governo Biden sob a Lei de Redução da Inflação. A potencial cooperação na fabricação e/ou fornecimento de microchips e semicondutores e na exploração de minerais de terras raras da América Latina também estará na pauta dos dois líderes.

DIPLOMACIA

Itamaraty autoriza, e Brasil terá novo embaixador da Ucrânia

O governo do Brasil anunciou ontem a concessão do chamado agrément --documento diplomático que indica concordância do governo anfitrião com a nomeação para a representação-- ao novo embaixador da Ucrânia em Brasília, Andrii Melnik. O posto estava vago e vinha sendo chefiado pelo encarregado de negócios Anatoli Tkach.

A autorização foi divulgada um dia após a visita à Ucrânia de Celso Amorim, assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais. Melnik foi um dos diplomatas com quem Amorim se encontrou em Kiev, e e o brasileiro também esteve com o presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski.

Melnik é atualmente um dos vice-chanceleres da Ucrânia e o responsável por Américas na diplomacia de Kiev. Anteriormente, já foi embaixador de seu país na Alemanha.

Depois de se encontrar com Amorim, o ucraniano afirmou em suas redes sociais que o Brasil pode desempenhar um papel importante para mediar a paz no Leste Europeu. "Feliz em encontrar o assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, embaixador Celso Amorim. O Brasil pode desempenhar um papel importante para parar a agressão russa e para atingir uma paz duradoura e justa. Também vamos lutar para revigorar a parceria estratégia de 2009. Obrigado", escreveu o diplomata ucraniano.

Amorim viajou para a Ucrânia, após uma série de críticas a Lula por suas falas e gestos vistos como favoráveis à Rússia. O presidente sugeriu, por exemplo, que EUA e União Europeia prolongam a guerra --em referência ao apoio militar ocidental a Kiev-- além de ter afirmado que Zelenski era tão responsável pela guerra quanto Vladimir Putin.

Em audiência pública no Senado nesta quinta, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, defendeu que o Brasil mantenha o princípio de neutralidade em sua abordagem da Guerra da Ucrânia e defendeu que o país assuma papel de facilitador para a negociação de paz do conflito.

Vieira reforçou, no entanto, o posicionamento de praxe da diplomacia brasileira, com acenos tanto a Moscou quanto a Kiev. "Temos buscado manter uma posição equilibrada, mas sobretudo construtiva. Condenamos a violação da integridade territorial ucraniana no Conselho de Segurança da ONU, assim como na Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, nos posicionamos contra as tentativas de isolamento da Rússia nos foros internacionais, as quais diminuem o espaço de diálogo e reduzem as chances de uma solução", afirmou.

"Não estamos interessados em tomar lados, mas em preservar canais de diálogo com todos, única maneira de contribuir efetivamente para a construção de espaços de negociação que conduzam à paz efetiva e sustentável", completou.

Também nesta quinta-feira, em entrevista à Folha de S.Paulo, Amorim disse que o Brasil pode mediar um acordo de paz no Leste Europeu em meio ao cansaço de outros países. O ex-chanceler disse ainda que propôs a Zelenski um modelo diplomático chamado de "negociação por proximidade", em que países em conflito se reúnem em uma cidade e se comunicam por meio de intermediários não alinhados a nenhum deles, trocando informações sobre posicionamentos e se preparando para contato direto.

PROCESSO NO BRASIL

George Santos confessa estelionato e fecha acordo

O deputado republicano George Santos fechou um acordo de não persecução penal (ANPP) com o Ministério Público do Rio de Janeiro no processo em que foi indiciado por estelionato.

Em 2008, o hoje congressista americano usou cheques sem fundos em uma loja de roupas em Niterói. George Santos participou virtualmente da audiência do caso, ontem, e confessou o crime.

Trata-se de mais uma da série de acusações criminais que o congressista americano enfrenta, tanto no Brasil quanto nos EUA. Na quarta-feira passada, Santos foi detido pela Justiça americana, em Nova York, onde é acusado formalmente de ter cometido 13 crimes. Horas depois, pagou fiança de US$ 500 mil e foi solto.

Segundo o acordo firmado nesta quinta, o MP pediu que Santos pague R$ 10 mil a instituições de caridade e R$ 14 mil à vítima do estelionato, Carlos Bruno Simões, que era funcionário da loja de roupas. O prejuízo na época foi pago pelo lojista. O deputado republicano terá 30 dias para fazer a compensação.

O advogado de Santos, Jonymar Vasconcelos, limitou-se a confirmar que o acordo foi firmado. A defesa disse que não comentaria sobre o caso, já que ele ainda está sob segredo de Justiça. "O que posso dizer é que meu cliente não é mais réu em nenhum processo no Brasil", afirmou Vasconcelos.

Procurado, o Ministério Público disse que também não vai comentar o caso. Santos havia sido indiciado em 2008 por estelionato, após ter roubado um talão de cheques que usou para fazer compras em Niterói --os dois cheques utilizados, com valores que somavam R$ 2.144 à época, não tinham fundos. Em 2010, após ter virado réu, o republicano já havia confessado o crime à Polícia Civil.

O caso havia sido arquivado em junho de 2022, sob a justificativa de que não era possível localizar o réu. Em janeiro, porém, a Justiça do Rio reabriu o processo após Santos ter sido eleito nos EUA e, em seguida, ter as mentiras que contou na campanha e em seu currículo expostas pelo jornal The New York Times.

Filho de brasileiros, Santos confessou ter furtado os cheques que estavam na bolsa de sua mãe, fazendo-se passar por um idoso do qual ela tomava conta. Assim que percebeu o golpe, Simões o denunciou.

Em acordos de não persecução penal, o réu e o MP acertam condições que o acusado deverá cumprir em troca de ter sua condenação extinta. Para tal, é necessário que o réu admita o crime, e o acordo só poderá ser feito em casos em que não há violência nem grave ameaça e cuja pena seja inferior a quatro anos.

Além disso, num ANPP, fica pactuado que o réu não poderá cometer o mesmo crime dentro de um período probatório. Do contrário, ele poderá ser julgado novamente dentro do novo processo. Santos foi eleito deputado em novembro do ano passado com um discurso focado em segurança pública e pautas morais. Após o pleito, porém, o jornal americano The New York Times mostrou que o político mentiu sobre diversos aspectos de sua vida para atrair eleitores --do currículo acadêmico e profissional às fontes de renda e origens familiares.